



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

NAIRLA DE FÁTIMA GERMANO DE SOUSA

**A TRAJETÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS EM BATURITÉ/CE: UMA HISTÓRIA
DE RELIGIOSOS, CORONÉIS E ESTUDANTES EM TERRAS DE JENIPAPOS E
CANINDÉS (1922 - 1938).**

**REDENÇÃO/CE
2016**

NAIRLA DE FÁTIMA GERMANO DE SOUSA

**A TRAJETÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS EM BATURITÉ/CE: UMA HISTÓRIA
DE RELIGIOSOS, CORONÉIS E ESTUDANTES EM TERRAS DE JENIPAPOS E
CANINDÉS (1922 - 1938).**

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião André Alves de Lima Filho

REDENÇÃO/CE

2016

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Sousa, Nairla de Fatima Germano de.

S696t

A trajetória da Companhia de Jesus em Baturité/CE: Uma História de religiosos, coronéis e estudantes em terras de Jenipapos e Canindés 1922 - 1938 / Nairla de Fatima Germano de Sousa. - Redenção, 2016.

51f: il.

Monografia - Curso de Humanidades, Instituto De Humanidades E Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião André Alves de Lima Filho.

1. Jesuítas. 2. Educação. 3. Política. I. Filho, Prof. Dr. Sebastião André Alves de Lima. II. Título.

CE/UF/BSCL

CDD 253.7

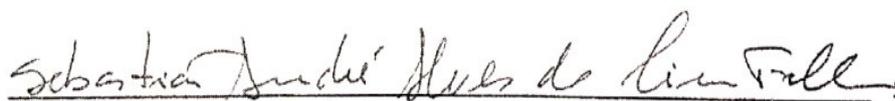
NAIRLA DE FÁTIMA GERMANO DE SOUSA

**A TRAJETÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS EM BATURITÉ/CE: UMA HISTÓRIA
DE RELIGIOSOS, CORONÉIS E ESTUDANTES EM TERRAS DE JENIPAPOS E
CANINDÉS (1922 - 1938).**

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovada em ____/____/____.

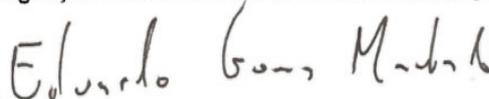
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Sebastião André Alves de Lima Filho – Orientador
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)



Prof. (a) Dra. Jeannette Filomeno Pouchain Ramos - Examinador
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)



Prof. Dr. Eduardo Gomes Machado - Examinador
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

Meus sinceros agradecimentos a todos que me apoiaram nessa difícil empreitada, em especial minha família, esposo, amigos e ao meu orientador Prof. Dr. Sebastião André Alves de Lima Filho, que sem reservas abraçou esse desafio junto comigo, não só pela densidade e volume de conteúdo a ser pesquisado, mas, sobretudo pelo tempo de desenvolvimento e conclusão da pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Quando estava elaborando os agradecimentos, pensava comigo mesma se seria justo agradecer apenas as pessoas que contribuíram no presente com o desenvolvimento desse trabalho e tudo que o mesmo representa para minha vida acadêmica, pois na verdade, tudo que sou vem de uma construção, nas quais pessoas como a minha primeira professora do primário, a Tia Josyane, no Educandário Nossa Sra. Das Graças, meu professor de História da 6ª série, Reginaldo, no Centro Educacional Joaquim Nogueira (CNEC), que contribuíram de forma significativa aguçando meu gosto pela História, foram fundamentais para galgar êxito nesse e em outros projetos, a eles meu muito obrigada.

Porém, a minha primeira educação eu devo aos meus pais, Maria Zuleide e seu Francisco Bruno (Chico Aires) que mesmo com pouca ou nenhuma escolaridade, atribuíram à educação um valor inestimável em nossa casa e não mediram esforços, sejam físicos ou financeiros para que eu conhecesse as letras, a ponto de hoje brincar com elas.

À minha vó Ricarda (*in memoriam*) que me ajudava nas tarefas escolares com o seu jeito peculiar de me ensinar a soletrar, ela que cuidou de mim e também me ensinou lições que os bancos da escola jamais ensinariam. A vocês eu só posso agradecer, pois nada que eu faça pode pagar o que fizeram por mim, uma vez que o amor não é precificável.

Ao meu esposo Régis Leite, pela compreensão, apoio e desprendimento, você que sempre acreditou no meu potencial, dizendo que eu precisava acreditar também, incentivou-me e algumas vezes até pressionou para que eu não desistisse sem nem mesmo tentar. Afastou-se de praticamente todos os eventos sociais para ficar comigo em casa, enquanto eu pesquisava e desenvolvia, trazendo para si toda correção do trabalho, suportou meu estresse e mau humor, quando eu já estava esgotada. Sem seu apoio não seria possível concluir a tempo, a você meu amor e companheiro eu agradeço todos os dias a Deus por nunca desistir de mim.

Às minhas irmãs, Airla e Mairla Germano, que cuidaram de mim a vida inteira, apoiando e suportando todo esse tempo, me dedicando palavras de apoio e incentivo a nunca desistir dos meus sonhos.

Aos meus sobrinhos, às minhas amigas Keyla, Eliane e Danna pela compreensão da minha ausência de nossos encontros e até mesmo de nossos

diálogos, pois era necessário afastar-me de tudo para conseguir desenvolver a tempo minha pesquisa.

Agradeço de forma incondicional o apoio e a parceria dos amigos de faculdade, Leo Vasconcelos, Adriana Santana e Janieyre Araújo, vocês foram de fundamental importância para o meu êxito nesse novo projeto acadêmico, acreditando cada um no potencial do outro, nós conseguimos chegar ao ápice, logramos sucesso mesmo trabalhando o dia inteiro e estudando à noite, e além disso, cuidando da família não é Jany. Vocês que também me apoiaram no momento mais difícil que atravessei de forma pessoal, não me deixando desistir do curso, meu muito obrigado! Espero que a parceria continue nas terminalidades e que a nossa amizade seja estendida para vida além da universidade.

Aos professores Prof. Dr. Rodrigo Ordine, Prof. Dr. Fábio Baqueiro, Prof^a. Dra. Vera Rodrigues, Prof. Dr. Carlos Henrique, Prof. Dr. Edson Borges, Prof. Dra. Jeannett Pouchain, por serem referências para mim nesse universo acadêmico e por nos estimular a dar sempre o nosso melhor, agradeço mais uma vez ao meu professor e orientador Prof. Dr. Sebastião André, pelo incentivo, pelas correções e pela orientação fundamental para o desenvolvimento e conclusão desse trabalho.

E por último e não menos importante agradecer a todos que direta ou indiretamente contribuíram para essa vitória, mesmo não citando os nomes aqui, vocês já estão marcados na minha mente e coração.

“A arrogância, o autoritarismo, a prepotência, só estão presentes onde não existia genuinamente a sabedoria e o humanismo.

Dentre todos os tipos de miséria, a pior é da mente.

Um bom amigo não nos diz o que fazer, mas com certeza nos ajudará a fazê-lo.

Em nome do bem já se fez tanto mal”.

(Ana Neri)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória dos jesuítas na cidade de Baturité – CE, no período que vai de 1922 a 1938 tendo em vista a tradição religiosa do povo cearense, em especial os de Baturité, onde os jesuítas encontraram apoio político através do Coronel Ananias Arruda, buscando compreender como se deu a aliança entre a Companhia de Jesus e as lideranças políticas locais. Durante a Primeira República em que a Igreja buscava espaço no cenário político, o que se consolida durante o Estado Novo, onde a igreja já gozava de prestígio e participação na política contando com o apoio das “oligarquias caídas”, que na altura também almejavam poder político. Desta forma, buscamos entender o tripé composto pela religião – educação – política, que tanto influenciou a formação das novas e antigas elites locais, mas, sobretudo por sabermos que a pedagogia jesuítica ainda presente nas escolas, bem como, toda a influência que os valores cristãos mantém nas várias frentes da sociedade brasileira. Nos debruçamos em uma pesquisa bibliográfica voltada para a história mas também para as Ciências sociais, proporcionando conhecer e refletir os valores que norteiam naquele período a relação Igreja e Estado, e com isso, buscar certo equilíbrio entre a tradição e a modernidade principalmente na educação. Concluimos que no período pesquisado houve sim, influência direta e indireta dos jesuítas na política de Baturité, seja pela manutenção de ideias que favoreciam as elites locais ou pela sua ação na frente dos movimentos políticos e sociais da época.

Palavras chaves: Jesuítas – Educação – Política.

ABSTRACT

This work aims to analyze the history of the Jesuits in the city of Baturité - CE, in the period 1922-1938 in view of the religious tradition of Ceará people, especially the Baturité, where the Jesuits found political support by Colonel Ananias Arruda, trying to understand how was the alliance between the Society of Jesus and the local political leaders. During the First Republic when the Church sought space in the political arena, which was consolidated during the Estado Novo, where the church already enjoyed prestige and political participation with the support of the "fallen oligarchs", who at the time also craved power political. In this way, we seek to understand the tripod composed by religion - education - politics, which so influenced the formation of the new and old local elites, but above all because we know that the Jesuit pedagogy still present in schools, as well as all the influence that values Christian keeps the various fronts of Brazilian society. We worked through in a literature search focused on the history but also to social sciences, providing meet and reflect the values that guide that period the church and state relationship, and with it, look right balance between tradition and modernity especially in education. We conclude that in the period studied was yes, direct and indirect influence of the Jesuits in Baturité policy is the maintenance of ideas that favored local elites or their action in front of political and social movements of the time.

Key words: Jesuit. Educacion. Politics.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CMA	Congresso Mariano Acadêmico
CNEC	Centro Educacional Joaquim Nogueira
LEC	Liga Eleitoral Católica
INSA	Instituto Nossa Senhora Auxiliadora
Pe.	Padre

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Imagem dos aldeamentos ou missões	17
Figura 02 - Primeiras instalações do Colégio Antônio Vieira na Rua Sodré	29
Figura 03 – Instalações do Colégio Antônio Vieira na Rua dos Coqueiros da Piedade	29
Figura 04 - Nossa Senhora da Palma (Padroeira da cidade de Baturité).....	33
Figura 05 - Pilares da formação social da cidade de Baturité	35
Figura 06 - Colégio Salesiano Domingos Sávio	36
Figura 07 - Instituto Nossa Senhora Auxiliadora (INSA)	37
Figura 08 – Escola Apostólica dos jesuítas em construção	39
Figura 09 – Escola Apostólica dos Jesuítas em Baturité-CE	40
Figura 10 – Comendador Ananias Arruda	43

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. BREVE RELATO ACERCA DA VINDA DOS JESUÍTAS PARA O BRASIL: DO PERÍODO COLONIAL A ERA REPUBLICANA	16
3. BREVE RELATO SOBRE A FUNÇÃO DA CIDADE DE BATURITÉ – CE E O SEU CENÁRIO EDUCACIONAL: UMA RELAÇÃO ENTRE RELIGIOSOS E ESTUDANTES.....	32
3.1. HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO DA ESCOLA APOSTÓLICA DOS JESUÍTAS EM BATURITÉ	38
4. UM CORONEL RELIGIOSO EM BATURITÉ, A POLÍTICA DOS CORONÉIS E A EDUCAÇÃO DOS JESUÍTAS: ONDE AS IDEIAS SE CRUZAM.	41
4.1 O ENVOLVIMENTO DOS JESUÍTAS NA EDUCAÇÃO E NA POLÍTICA DE BATURITÉ	46
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

1. INTRODUÇÃO

O trabalho que apresento nos capítulos a seguir, são os resultados de uma pesquisa mais aprofundada das relações sociais do município de Baturité- CE, cuja religião foi importante base para o desenvolvimento do município, influenciando inclusive espaços voltados à política e a educação escolar, desta forma, tendo em vista pesquisas realizadas anteriormente¹ na disciplina de Educação e Sociedade do Curso de Bacharelado em Humanidades, desenvolvidas por mim e Leo Vasconcelos, sob a orientação da Profa. Dra. Jeannett Ramos, e foram de fundamental importância para despertar em mim a vontade de conhecer um pouco mais a minha história através daqueles que habitaram e transformaram essa terra que recebemos por herança de nossos antepassados.

Além disso, por ser uma baturiteense apaixonada pela história do meu município, não só como espaço temporal a ser visitado, mas, sobretudo, como um território a ser pesquisado e compreendido com objetivo de dar respostas aos acontecimentos presentes, é que este trabalho tem como finalidade, compreender a trajetória dos jesuítas no município de Baturité - CE, para tanto faz-se necessário entender como se deu essas relações que envolviam a tríade religião - política - educação no Brasil desde o período colonial.

A ação jesuítica no Brasil se deu já desde 1546 com o apoio da Coroa portuguesa e dos colonos, de uma forma até então bem sucedida se levarmos em conta o predomínio da religião católica e a pedagogia inaciana² tão presente ainda nas escolas desse país, embora já tenham ocorrido inúmeras reformas na educação brasileira.

Traçamos um caminho que iniciou em 1546, com a chegada da primeira comitiva de padres da Companhia de Jesus no país, iniciando as suas missões/aldeamentos indígenas tão bem sucedidos no que diz respeito ao processo de aculturação desses povos.

¹Artigo intitulado: O VIGÁRIO, O PREFEITO E O PROFESSOR: UM RESGATE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BATURITÉ-CE. Trabalho apresentado como conclusão do 3º trimestre para a disciplina Educação e Sociedade do Curso de Bacharelado em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

²Pedagogia Inaciana é um extenso acervo de orientações do governo central da Ordem dos Jesuítas, de publicações e pesquisas de vários autores sobre um enfoque pedagógico característico, procedente da *Ratio Studiorum*. É um conceito amplo que oferece uma visão cristã do mundo e do ser humano, um sentido humanista para o processo educativo e um método personalizado, crítico e participativo. Fonte: Pedagogia Inaciana: sua origem espiritual e configuração personalizada. Disponível em: <<http://www.flacsi.net/wp-content/uploads/2014/09/PedInacOrigemConfig18set14.pdf>>. Acesso em: 22/08/2016.

Em seguida, abordamos um pouco do que significou o *Ratio Studiorum* para consolidação da pedagogia jesuítica e de seu êxito no espaço educacional não apenas nacional, a importância dada à instrução indígena e posteriormente à formação erudita da elite colonial brasileira, fundamental para construção de uma moral, ética e valores sociais voltados à família e à fé, produzindo reflexos significativos na política nacional.

Os motivos pelo qual a Companhia de Jesus foi expulsa do país em 1759 e os motivos que a trouxeram de volta em 1911 estão relacionados direta ou indiretamente com a política brasileira e portuguesa, e, sobretudo, pela sua influência direta por meio da educação na formação de ideias e conceitos, que estruturam uma sociedade.

Para tanto buscando assinalar alguns pontos significativos dessa trajetória fascinante dos jesuítas pelo país, com ênfase na região Nordeste e mais especificamente no Ceará por meio da cidade de Baturité, que teve nesse contexto um papel importante para o processo de nacionalização da Missão Portuguesa no Brasil.

Além disso, buscando entender como ocorreu a aliança de políticos locais, como foi o caso do Coronel Ananias Arruda com a Igreja e a educação, através dos jesuítas após a fundação da Escola Apostólica na cidade de Baturité, e de que forma os jesuítas contribuíram para manutenção do mando dos coronéis na cidade, seja pela sua atuação direta nos movimentos sociais e políticos ou pela metodologia e currículo escolar desenvolvido.

Através de seu método pedagógico e da educação elitista promovida pelos mesmos desde o período colonial, pautada nos valores morais, éticos cristãos em obediência e respeito às hierarquias, é possível que nesse caso, a educação jesuítica tenha contribuído para sustentar a ideia de uma supremacia das classes mais abastadas, sendo eles, filhos de coronéis e outros bacharéis, ou de uma forma mais direta formando ou reproduzindo ideias que favorecessem a ação da Igreja nas frentes partidárias e voltadas ao mundo do trabalho.

Desse modo, o objetivo desse estudo é buscar uma melhor compreensão do quanto a religião, através da Igreja Católica, influenciou na formação de intelectuais e líderes políticos no período que compreende o final da Primeira República e o Estado Novo brasileiro.

A Igreja vinha perdendo espaço no cenário político em razão das ideias iluministas que estavam sendo introduzidos no país principalmente com o fim da monarquia e início do regime republicano que levantavam a bandeira da ordem e do

progresso nacional, ideais estes, voltados para a ciência e racionalização do Estado, que se distanciavam cada vez mais com a tradição e a fé cristã.

A maçonaria³ teria um papel importante, desta forma, a Igreja se contrapõe a várias ações do Estado, não só externa, mas principalmente atuando internamente, é aí que entra a figura dos coronéis que apoiados pela Igreja buscam também renovar seu espaço na política.

O Brasil ainda é considerado o país mais católico do mundo e ao estarmos cientes do alcance que a Igreja possui até os dias atuais no meio social, se faz necessário analisar historicamente o grau de penetração de sua doutrina, bem como, de suas convicções sociais nos espaços educacionais e até mesmo da política, visando amenizar os conflitos e impactos ideológicos gerados pelas novas ideias da modernidade e a tradição cristã a tanto enraizada na cultura brasileira, cuja tradição, família e fé ainda são os sustentáculos da nossa identidade nacional; basta ver os agradecimentos dos atletas olímpicos dos jogos Rio 2016 que representam a nação brasileira, a grade maioria agrade em primeiro lugar a Deus pelas suas conquistas pessoais, sejam elas em grupo ou individual, quando não, fazem o sinal da cruz antes de competir.

Levando em conta o recorte histórico proposto, para o desenvolvimento deste trabalho foi necessário uma revisão bibliográfica, por meio de resumos e fichamentos de livros, artigos e dissertações, contando com obras significativas que nos possibilitaram analisar de forma coerente os fatos históricos que envolviam os jesuítas em sua trajetória nacional e local.

Obras como as de Dermeval Saviani em sua *História das Ideias Pedagógicas no Brasil* (2013), que foi fundamental para compreendermos a ação dos jesuítas como educadores no Brasil, desde o período colonial até a contemporaneidade. Em seguida Darcy Ribeiro, através de sua obra *O Povo Brasileiro* (1995), que nos trouxe outra visão da ação jesuítica no país, tendo em vista que o mesmo abordou em sua obra o caráter

³ A Maçonaria é uma instituição essencialmente filosófica, filantrópica, educativa e progressista. É uma sociedade que tem por objetivo unir os homens entre si. União recíproca, no sentido mais amplo e elevado do termo. E nesse seu esforço de união dos homens, admite em seu seio pessoas de todos os credos religiosos sem nenhuma distinção. Fonte:<<http://www.gob.org.br/index.php?c=4626>>. Quanto à fundação e surgimento da mesma, é quase improvável estabelecer a periodicidade em que se deu sua fundação, isso porque a história da maçonaria é rodeada por lendas e mitos, que envolvem desde o rei Salomão até Adão, primeiro homem criado citado no Velho Testamento, porém, a maçonaria enquanto instituição que viria a influenciar politicamente as sociedades à partir dos ideias iluministas, a franco-maçonaria, seria considerada a continuidade por um lado da organização de ofício da Idade Medieval e Renascença [...]. Fonte: Maçonaria: história e historiografia. CMM DE AZEVEDO. Revista USP, 1997 - revistas.usp.br. (p. 180).

comercial da Companhia e os seus ideais “utópicos” de formar uma comunidade solidária e cristã no Novo Mundo.

Fazendo um recorte mais regional contamos com Airton de Farias em *História do Ceará* (2007), para nos demonstrar por meio da historiografia como se deu a relação dos jesuítas desde o período colonial até a Era Vargas no Estado do Ceará.

Como base da pesquisa utilizou-se a obra *A missão portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste* (1911-1936) do Pe. Ferdinand Azevedo, publicado em 1986, que foi fundamental para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa, pois o mesmo, assim como o título já declara, fala da missão no Nordeste, contemplando principalmente os Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, é ele que vai falar de como se deu as práticas pedagógicas dos padres na Escola Apostólica de Baturité.

Para fechar a pesquisa, contamos também com o artigo intitulado *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual* (1997), de José Murilo de Carvalho. Nele discute-se os principais conceitos que nos baseamos para entender o coronelismo e o seu mando local, por meio de outros autores já consagrados abordados por Carvalho em seu artigo, tais como: Vitor Nunes Leal, Robert. R. Kaufman, dentre outros.

Seguindo ainda essa linha coronelista em que a família teve um papel fundamental na formação do Estado brasileiro, contamos com Sérgio Buarque de Holanda em sua obra célebre *Raízes do Brasil*, cuja primeira edição data de 1936.

Utilizou-se também as dissertações de Luiz Gustavo L. Arruda, cujo título é *O Sapateiro e o (s) Coronel (néis): A Cultura Política de Baturité- CE (1892 – 1937)* de 2013; e a de Ocleciano de Souza Costa intitulada “*Coronel*” – *Cristão: A trajetória de Ananias Arruda na Fé e na Política* de 2007 e por fim, Clementino Olintho Távora Arruda por meio do livro *Comendador Ananias Arruda Um Exemplo de Vida Cristã, Política e Social* de 2001, que nos possibilitou compreender a relação dos coronéis e da Igreja Católica na cidade de Baturité.

A pesquisa está estruturada em cinco capítulos, no qual o primeiro é basicamente um breve relato da trajetória da Companhia de Jesus no Brasil desde o período colonial até a expulsão pelo decreto Pombalino de 03 de outubro de 1759, seguindo do seu retorno em 1911 já no regime republicano brasileiro, em que os mesmos retomam as atividades missionárias, mais em especial a sua atividade pedagógica fundamental para o momento que a Igreja estava atravessando, e a formação das elites nacionais em especial da região Nordeste.

Na sequência fazemos um breve relato sobre a fundação da cidade de Baturité, município que no decorrer da história veremos que foi de muita importância para a Companhia, uma vez que na cidade foi construída a tão sonhada Escola Apostólica.

No terceiro capítulo é apresentado um panorama da educação escolar no município de Baturité na década de 30 (trinta), período em que a educação de cunho religioso alcançava seu ápice por meio da fundação da Escola Apostólica dos Jesuítas e das escolas administradas pelos salesianos, o Instituto Nossa Senhora Auxiliadora (INSA) e o Colégio Domingos Sávio, consolidando o processo de romanização da Igreja local e contribuindo para manutenção da formação ética e moral das famílias com base na doutrina cristã.

Finalizamos abordando a relação dos jesuítas com os coronéis, explanando o que seria de forma conceitual o coronelismo enquanto sistema que envolvia o Estado e as elites locais, utilizando um dos principais coronéis de Baturité no desenvolvimento do trabalho.

Destinou-se um subitem para que fosse possível tratar um pouco de sua história familiar e política no município, já o outro subitem é o que fecha a pesquisa, pois nos traz os ideais da Igreja representados pelos jesuítas e da política representadas pelos coronéis, e o momento em que estes se cruzaram de fato.

2. BREVE RELATO ACERCA DA VINDA DOS JESUÍTAS PARA O BRASIL: DO PERÍODO COLONIAL A ERA REPUBLICANA.

Os jesuítas não foram os primeiros religiosos a chegar ao Brasil, tão pouco foram os únicos a iniciar uma ação catequética, porém, ofuscando até mesmo os franciscanos que foram seus predecessores e primeiros a atracar na Terra de Santa Cruz em 1500, e que iniciaram a ação catequética, como nos diz Saviani (2013, p. 40) apud Mota (1984, p. 50) em sua obra *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*: “[...] utilizando a técnica de percorrer as aldeias indígenas em missões volantes, na qual utilizavam da catequese à instrução”.

O pioneirismo dos franciscanos não almejou o êxito dos jesuítas, fato atribuído ao número pequeno de religiosos que chegaram com essa missão, o tempo curto que passavam em cada região e também a falta de apoio explícito da coroa portuguesa e dos dirigentes da colônia, enfim, se esse último for o fator preponderante, para os jesuítas não faltou.

Em 1549, após Dom João III instituir um governo geral no Brasil, foram enviados pela coroa os primeiros jesuítas, no governo de Tomé de Sousa, sendo eles quatro padres e dois irmãos chefiados por Manuel da Nóbrega, como nos revela Saviani (2013), ficando claro também em Darcy Ribeiro (1995, p. 53) através de sua obra *O Povo Brasileiro*, ao relatar que a Coroa portuguesa deu apoio nominal aos missionários, cuja missão era nada mais que converter os gentios, com o objetivo de dar forma à “civilização ocidental cristã” que o monarca português tanto idealizara.

O decreto do rei de Portugal já revelava não só a intenção de uma expansão colonial com base na cristianização, mas, sobretudo, via a facilidade de uma expansão “pacífica” se os gentios aceitassem a fé católica e a cultura do colonizador.

Inicialmente, os padres da Companhia de Jesus procuravam evangelizar os índios de uma forma mais informal, como nos demonstra Farias (2012, p. 69) em *História do Ceará*, que era através de “[...] danças, procissões, presentes, cantos e pregações, visitando-os e convivendo com os mesmos por certo período nas aldeias [...]”, porém, este método não estava obtendo êxito, uma vez que, com a saída dos padres das aldeias, os índios voltavam às suas práticas culturais costumeiras.

Observando o insucesso nessas práticas informais, os padres jesuítas, à partir de 1556 na Bahia, começaram a utilizar o método dos aldeamentos ou missões como eram chamados.

Os aldeamentos consistiam em tendas artificiais onde os índios permaneciam com o objetivo de serem convertidos e doutrinados, sendo essa segregação fundamental para romper com os vínculos culturais desses indivíduos, por meio da catequização e de um processo de instrução voltado para o trabalho.

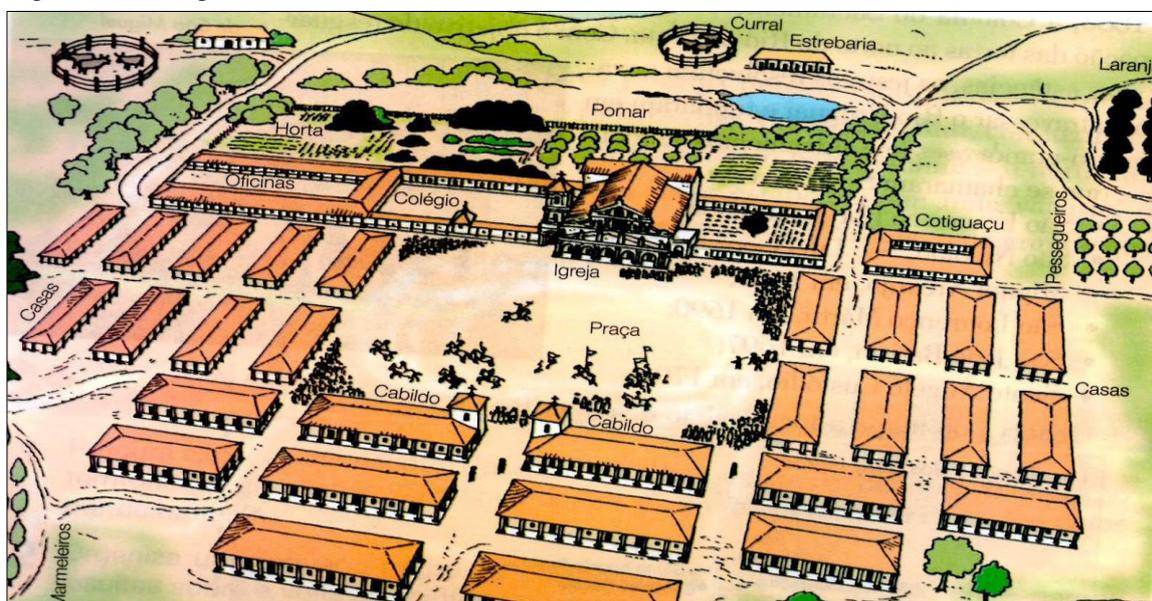
A conversão os tornava menos hostis ao colonizador, facilitando a exploração da terra (sertões) e dos mesmos para o trabalho pesado, já que uma vez “domesticados” deixavam de ser um problema para os colonizadores, como descreve Farias,

[...] os índios aldeados seriam utilizados como mão de obra em diversos tipos de trabalho, fossem nas próprias missões, gerando riquezas para os jesuítas, fossem através dos trabalhos compulsórios requisitados e prestados aos fazendeiros ou às autoridades coloniais. (FARIAS, 2012. p.70)

Essa “domesticação” é descrita também em Schwartz na obra *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial* :

Os jesuítas afirmavam que, convertendo esses pagãos ao catolicismo, seu controle sobre os índios beneficiava a consciência real, ao mesmo tempo que fortalecia a estrutura defensiva da colônia [...] que poderiam ser usados pelos colonos ‘para beneficiar as fazendas e os engenhos portugueses. (SCHWARTZ, 2011. p.117)

Figura 01 - Imagem dos aldeamentos ou missões.



Fonte: http://compartilhandoescritas.blogspot.com.br/2012_06_01_archive.html.

É de fundamental importância frisar que a ida desses indígenas para os aldeamentos não ocorria de modo pacífico. Eles eram convencidos ou desciam de suas tribos para viver nas missões de maneira forçada, porém, no caso do Ceará, a *priori* no

final do século XVII, os indígenas começaram a descer de forma espontânea dada à tamanha crueldade das investidas dos colonizadores, fugindo assim da violência e escravidão.

Airton de Farias (2012, p. 71) faz uma crítica aos religiosos das missões ao dizer que “os missionários deviam mesmo ter sido vistos pelos nativos, em muitas ocasiões, como aqueles brancos que lhes davam um tratamento diferente, mais sutil e brando, chegando mesmo a protegê-los das ambições escravistas dos colonos”, isso porque, o processo de aculturação e “domesticação” desenvolvido pelos jesuítas através das missões, tornava os indígenas presas fáceis aos colonos, além de expor os mesmos, a várias doenças para eles fatais, porém, essa relação muitas vezes se apresenta de forma ambígua se levar em conta o protecionismo dedicado pelos padres aos mesmos, o que de fato foi, já que Schwartz (2011, p. 117) vai dizer que “os jesuítas consistentemente defenderam a causa da liberdade dos índios e se opuseram à escravidão [...]”.

Ribeiro (1995, p. 55) vai dizer que a ação dos jesuítas tornou-se nefasta para os índios, pois ao retirá-los de suas comunidades de origem, estavam expostos às doenças e mesmo contando com a “proteção” dos jesuítas, ainda assim sofriam violência por parte dos colonos, que conflitavam constantemente com os padres pela mão de obra dos índios, em regime de quase ou total escravidão.

Embora os jesuítas estivessem em terras brasileiras com objetivo comum ao da coroa no que se refere à cristianização dos “gentios”, a historiografia também nos demonstra que seus projetos divergiam.

Em *O Povo Brasileiro* (1995), Ribeiro nos revela algumas dessas contradições, pois segundo o mesmo, embora o plano jesuítico tenha se dado sem escrúpulos humanitários, em certo momento contrapunha-se aos objetivos dos colonos, isso porque, após a morte em massa dos índios, decorrente da violência ou das doenças trazidas pelo colonizador, já representavam um número muito menor que os encontrados por Cabral quando do “descobrimento”.

Os jesuítas julgavam que por estarem em extinção, passariam a ser criaturas de Deus e donos originais da terra se aceitassem a conversão e fossem incorporados ao rebanho do Senhor, através das missões.

Os padres jesuítas não aceitavam que os índios fossem escravizados como os negros vindos da África, pois embora utilizando a mão de obra desses em suas lavouras, os índios ainda eram criaturas livres. A escravização dos “gentios” não era o interesse dos governantes de Habsburgo e Espanha, sendo no Brasil uma questão bem conflitante a

política indigenista, já que os governantes tentavam limitar o uso e abuso por parte dos colonos da população indígena na América, o que mais a frente vai culminar na expulsão da Companhia de Jesus do Brasil.

Alguns colonos tinham interesse, principalmente nas expedições rumo aos sertões, de valer-se da mão de obra indígena na busca de pedras preciosas, como foi com Gabriel Soares de Sousa que defendia a utilização da mão de obra indígena nas minas do Sul do Brasil.

Ainda sobre o processo de expansão através dos religiosos, Saviani (2013, p. 26) vai nos dizer que a inserção do Brasil no chamado mundo ocidental deu-se por meio de um processo que envolveu três aspectos, que ele os coloca como fundamentais e bem articulados, sendo estes a colonização, a educação e a catequese.

Com isso, o autor reforça a responsabilidade dos mesmos durante o período colonial, pois para ele, a existência dessa tríade dependia de forma fundamental da educação e da catequese no processo de aculturação.

Quanto à educação colonial, Saviani descreve que foram três etapas, sendo elas as seguintes:

A primeira etapa corresponde ao chamado “período heroico”, que segundo Luiz Alves de Mattos (1958), abrange de 1549, quando chegaram os primeiros jesuítas, até a morte do padre Manoel da Nóbrega em 1570. Considero, entretanto mais apropriado estender essa fase até o final do século XVI, quando ocorre a morte de Anchieta, em 1597, e a promulgação da *Ratio Studiorum*, em 1599. A segunda etapa (1599-1759) é marcada pela organização e consolidação da educação jesuítica centrada na *Ratio Studiorum*. A terceira etapa (1759-1808) corresponde à fase pombalina, que inaugura o segundo período da história das ideias pedagógicas no Brasil. (SAVIANI, 2013, p. 31)

De fato, era intenção dos jesuítas a expansão da missão por meio da educação e para isso desenvolveram métodos pedagógicos.

Fundaram vários colégios por toda costa brasileira, porém, era necessário prover o sustento destas instituições, cujo abastecimento envolvia, como nos informa Saviani (2013, p. 44), “[...] a posse da terra doada por Portugal, a criação de viveres onde havia rebanho de gado, o cultivo de determinados alimentos tais como mandioca e arroz, além da aquisição e manutenção de escravos [...]”, com isso, a companhia passa a ter determinados privilégios, logo:

A ordem religiosa também acabou tornando-se lucrativa empresa capitalista no Novo Mundo, por força do patrimônio que progressivamente amealhara. Engenhos, fazendas de gado e outras modalidades de propriedade, fizeram a

Já em 1564 após um plano econômico instituído pela Coroa intitulado de “redízima”, a Companhia de Jesus passa a receber dez por cento de todos os impostos da colônia para manutenção dos colégios, que segundo Pinto (2000, p. 46) essa porcentagem corresponderia ao ressarcimento pela Coroa aos serviços educacionais prestados pelos jesuítas, mas como os repasses desses recursos eram problemáticos, eles procuraram outras formas de haveres e entre elas destacaram-se a concessão de terras e privilégios no comércio, ofertando como retribuição:

O ensino era gratuito [...]. Longe de ficar esperando os instáveis recursos régios, os jesuítas trataram de obter concessões de terras e privilégios de comércio, criando uma das mais rentáveis empresas econômicas do período colonial. [...] Desta forma, sob o atualmente tão em moda princípio da terceirização, a Coroa assegurava, o oferecimento do ensino na Colônia sem nenhum custo. (PINTO, 2000, p. 47)

A posse de terras, os incentivos financeiros e outros bens materiais fez com que a Companhia ficasse cada vez mais rica em terras brasileiras, porém, o foco de sua missão era a conversão dos gentios, por meio de sua “pedagogia e ética missionária”, vindo a consolidar-se ainda mais com a *Ratio Studiorum*⁴, embora Ribeiro nos revele outro propósito dos missionários em terras brasileiras, isso tratando-se de franciscanos e também dos jesuítas, ao informar que:

A tarefa a que os missionários se propunham não era transplantar os modos europeus de ser e de viver para o Novo Mundo. Era, ao contrário, recriar aqui o humano, desenvolvendo suas melhores potencialidades, para implantar, afinal, uma sociedade solidária, igualitária, orante e pia, nas bases sonhadas pelos profetas. Essa utopia socialista e seráfica floresce nas Américas, recorrendo as tradições do cristianismo primitivo e às mais generosas profecias messiânicas. Ela se funda, por igual, no pasmo dos missionários diante da inocência adâmica e do solidarismo edênico que se capacitaram a ver nos índios, à medida que com eles convivam. (RIBEIRO, 1995. p.60-61).

Torna-se necessário lembrar que nos primeiros séculos de ação missionária dos jesuítas no Brasil deu-se por meio da catequese e instrução, que com o tempo converte-se para educação escolar. Aquelas estavam voltadas para os “gentios”, já que após o *Ratio Studiorum*, fica notória que a educação escolar torna-se elitista, dotada de cor, credo e posição social, mas ainda, com foco nos não cristãos.

⁴ Ratio Studiorum é como ficou conhecido o plano geral de estudos elaborado pela Companhia de Jesus, que seria implantado em todos os colégios da Ordem no mundo todo. (SAVIANI, 2013. p. 50)

Esse processo iniciava-se com as crianças nativas, mas era preciso ter algo interessante que chamasse a atenção deles e servisse de estímulo para que os mesmos iniciassem os estudos.

O estímulo era meninos órfãos vindos de Lisboa para residir e estudar nos colégios da ordem, cujo objetivo era com a imediação dos mesmos atrair as crianças indígenas e estes por sua vez influenciariam seus pais e até outros membros da tribo a converter-se para a fé católica e abandonar sua cultura, que compreendia toda uma cosmo visão, inclusive deuses próprios.

O método de ensino utilizado pelos jesuítas quando da fundação dos primeiros colégios, já em 1548, foi o *modus parisiense*, considerado o melhor no que dizia respeito à repetição, composição, interrogações e declamações, além disso, já dividiam os alunos em classes distintas.

Os mesmos desenvolviam exercícios e eram adotados incentivos e punições para os que não cumpriam ou transgrediam as regras, esse *modus parisiense* pode ser considerado o modelo pelo qual os jesuítas desenvolveram o *Ratio Studiorum*.

Este método durante os três anos de caráter experimental, de 1548 a 1591, passou por várias revisões e em 1599 sua versão definitiva fica pronta e logo é utilizada em todos os colégios da Companhia de Jesus.

O *Ratio Studiorum* enquanto código contém 467 regras, distribuídas da seguinte forma:

A) Regra do provincial, em número de 40. B) Regras do reitor (24). C) Regras do prefeito de estudos superiores (30). D) Regras comuns a todos os professores das faculdades superiores (20). E) Regras particulares e dos professores das faculdades superiores, num total de 49, assim distribuídas: a) Regras do professor de escritura (20); b) Regras do professor de hebreu (5); c) Regras do professor de teologia (14); d) Regras do professor de hebreu (5); c) Regras do professor de teologia (14); d) Regras do professor de teologia moral, isto é, de caos de consciência (10). F) Regras dos professores de filosofia, num total de 27, a saber: a) Regras do professor de filosofia (20); b) Regras do professor de filosofia moral (4); Regras do professor de matemática (3). G) Regras do prefeito de estudos inferiores (50). H) Regras dos exames escritos (11). I) Normas para distribuição de prêmios (13). J) Regras comuns aos professores das classes inferiores (50). K) Regras particulares dos professores das classes inferiores (59): a) Regras do professor de retórica (20); b) Regras do professor de humanidades (10); c) Regras do professor de gramática superior (10); d) Regras do professor de gramática média (10); e) Regras do professor de gramática inferior (9). L) Regras dos estudantes da Companhia (11). M) Regras dos que repetem a teologia (14). N) Regras do bedel (7). O) Regras dos estudantes externos (15). P) Regras das academias, num total de 47, assim distribuídas: a) Regras gerais (12); b) Regras do prefeito (5); c) Regras da Academia de Teologia e Filosofia (11); d) Regras do prefeito da Academia dos Teólogos e Filósofos (4); e) Regras da Academia de Retórica e Humanidades (7); f) Regras da Academia dos Gramáticos (8). (SAVIANI, 2013. p. 54)

Esse conjunto de regras visava o bom andamento das atividades de ensino, assim como de seus agentes, como descreve Saviani que as mesmas começavam

[...] pelas regras do provincial, passava pelas do reitor, do prefeito de estudos, dos professores de modo geral e de cada matéria de ensino, chegava às regras da prova escrita, da distribuição de prêmios, do bedel, dos alunos e concluía com as regras das diversas academias [...]. (SAVIANI, 2013. p. 57)

Era desta forma que funcionava o método pedagógico dos jesuítas, organizados e estruturados de tal forma que na verdade tratava-se de um sistema educacional.

Conforme dito anteriormente, com o *Ratio Studiorum* o direcionamento educacional dos jesuítas passou da catequização dos “gentios” com foco na instrução e doutrinação dos indígenas para uma educação de cunho religioso e erudito voltado para os filhos dos colonos, como descreve Saviani (2013 p. 56) ao dizer que o *Ratio* tinha “[...] caráter universalista e elitista”, sendo universalista por ser utilizado por todas as instituições de ensino da Companhia indiscriminadamente e elitista porque exclui os indígenas em detrimento aos filhos dos colonos, desta forma, passam a destacar-se na formação da elite colonial.

Embora a educação dos filhos de colonos também estivesse entregue aos cuidados dos jesuítas, os conflitos com estes só aumentaram com o passar dos séculos, o motivo foi a utilização da mão de obra indígena.

Os colonos, principalmente do Norte, acusavam os jesuítas de concorrência desleal, de explorarem o trabalho indígena e de suas práticas comerciais serem lesivas ao interesse da coroa, sendo as acusações fundamentadas nos benefícios que a companhia gozava, desde a utilização da mão de obra gratuita dos índios, por conta das missões que administravam, além dos favores financeiros da coroa destinados aos mesmos, como descreve Saviani ao dizer que:

Os jesuítas gerenciavam uma grande, empresa moderna, conforme a lógica dos latifúndios monocultores. Concorriam, pois, com os empreendedores seculares em condições vantajosas, pois, além de contar com frequentes doações, com os favores reais e isenção de tarifas, desfrutava da mão de obra gratuita dos índios reunidos em aldeamentos dirigidos pelos jesuítas. (SAVIANI, 2013. p. 68-69)

A situação foi ficando cada vez mais insustentável, tendo ainda a questão da oposição dos padres ao processo de escravização indígena pelos colonos. O nível de

indignação moral a que estes chegaram, a que Ribeiro (1995, p. 56) menciona a figura do padre Antonio Vieira, ao dizer que “[...] como Antônio Vieira, os jesuítas assumiram grandes riscos no resguardo e na defesa dos índios”.

Tendo em vista já o projeto de transformação social, política e econômica baseada nas ideias iluministas, que já se projetavam na metrópole, os jesuítas acabam por serem expulsos, primeiro do estado do Maranhão e Grão-Pará pelos colonos, para posteriormente serem expulsos do Brasil pela própria coroa através de Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido por Marquês de Pombal.

O mais contraditório da expulsão teria sido o fato de a Coroa Portuguesa ser a primeira a apoiar a Companhia, criando em Portugal a primeira província jesuítica em 1546, segundo Costa (2011, p. 68).

Esse incentivo por parte da Coroa fez com que o número de jesuítas aumentasse com o passar dos anos: “[...] eram 400 em 1560, 620 em 1603, 662 em 1615, 639 em 1639, 770 em 1709, 861 em 1749. No ano de sua expulsão de Portugal, os jesuítas eram 1698 [...]”, segundo Costa (2011, p. 68).

Ainda de acordo com Costa (2011, p. 68), “[...] em meados do século XVIII os colégios da Companhia de Jesus tinham, no reino, em torno de vinte mil alunos, numa população estimada em três milhões de habitantes”. Apesar da pouca expressão em termo numéricos, percebia-se a influência, tanto religiosa quanto cultural, que os jesuítas estavam ganhando em Portugal, já no Brasil, até então colônia, a educação era quase que exclusiva da Companhia.

Toda esta influência não passaria despercebida, principalmente em um Estado cujo ideário era absolutista, podendo causar uma ameaça à ordem e ao poder do mesmo.

A Companhia de Jesus para alguns monarquistas era justamente esta possível ameaça, tanto que o Marquês de Pombal passou a importuná-los.

Neste contexto Woolley expõe que:

Sobretudo em função do magistério que ministrava, ela converteu-se em símbolo do poder político exercido pela Igreja, que tanto incomodava às novas monarquias absolutistas. E foram justamente esses conflitos de natureza política, tanto quanto as questões filosóficas, que fizeram da Companhia de Jesus um alvo previsível desse período. (WOOLLEY, 2009, p. 01)

Sendo assim,

Dentre os muitos inimigos que a Companhia de Jesus teve ao longo dos três primeiros séculos de sua existência em Portugal, o Marquês de Pombal foi o mais

implacável a ponto de conseguir sua expulsão, primeiro dos territórios portugueses, em 1759 e, depois, de toda a cristandade, em 1773, por ordem do papa Clemente XIV. (COSTA, 2011. p. 69)

Em 1750 ocorre o falecimento de D. João V e o seguinte na linha de sucessão do trono era D. José I, que reinou de 1750 à 1777. De acordo com Boxer (2002, p. 179), no ano de 1755, Portugal é surpreendido com a ocorrência de um terremoto de grande proporções.

É neste cenário que surge a figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido por Marquês de Pombal, sendo uma das figuras mais influentes durante as duas décadas que se seguiram, sendo considerado o homem de confiança do rei de Portugal, na época D. José I.

Para Boxer (2002, p. 185), Pombal era “[...] misto de médico e de monstro que afetou seu país tão profundamente tanto para o bem quando para o mal”. Ainda de acordo com o autor, o marquês foi implacável com os jesuítas, causando bárbaras execuções.

Segundo Sérgio (1972), o Marquês de Pombal realizou diversas investidas contra a Igreja, fazendo com que ela fosse perdendo espaço e poder dentro do território lusitano.

Em 03 de setembro de 1759, na época o então rei de Portugal D. José I, através de uma lei ordena a expulsão dos integrantes da Companhia de Jesus de seus domínios, tanto os ultramarinos quanto continentais.

Declaro os sobreditos Regulares na referida forma corrompidos, deploravelmente alienados do seu Santo Instituto, e manifestamente indispostos com tantos, tão abomináveis, tão inveterados e tão incorrigíveis vícios para voltarem à observância dele, por notórios rebeldes, traidores, adversários e agressores, que têm sido e são actualmente, contra a minha Real Pessoa e Estados, contra a paz públicos meus reinos e domínios, e contra o bem comum dos meus fiéis vassallos; ordenando que tais sejam tidos, havidos e reputados; e os hei desde logo, em efeito desta presente lei, por desnaturados, proscritos e exterminados; mandando que efectivamente sejam expulsos de todos os meus reinos e domínios, para neles mais não poderem entrar. (TRIGUEIROS, 2009. p. 161)

O desmonte do sistema de ensino jesuítico, pelo Marques de Pombal em 1759, resultou, em Portugal, na criação de um sistema público de ensino mais moderno e mais popular, no entanto para o Brasil a consequência foi o desmantelamento do sistema jesuítico que havia, sem uma contrapartida da metrópole. (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994, p. 50).

A expulsão dos jesuítas do Brasil de forma abrupta foi impactante para a educação na colônia, para os colonos que saíram vencedores da batalha pelo uso da mão de obra indígena, e, sobretudo para os índios, que foram entregues nas mãos dos

colonos, onde Ribeiro (1995, p. 56) menciona que as missões foram repassadas para os ricos colonos, assim como as terras e os índios, de forma obediente, e segue reafirmando que os mesmos foram “[...] expulsos das Américas, entregando de forma, inermes, desvirilizados, os seus catecúmenos ao sacrifício e a escravidão na mão possessa dos colonos”.

Para os índios a expulsão dos jesuítas foi mortal, embora não fosse dessa forma que o progresso a que visava as mudanças pombalinas fizessem crer, uma vez que, pretendiam mesmo que só nominalmente liberar os índios dos trabalhos compulsórios, integrando-os à sociedade colonial, o que não se concretizou, haja vista que o conflito de padres e colonos era que estes almejavam desfrutar do trabalho indígena sem grandes investimentos, e de uma forma tão mais cruel quanto as já praticadas com os negros vindos da África.

As intenções não concretizadas com o regulamento baixado que abolia o trabalho compulsório dos índios e outros termos que regulavam a forma de trabalho destes ficam claras quando Ribeiro (1995, p. 105) fala que “Na realidade, essa prática somente se aprofunda daí em diante, lançando os índios nominalmente livres numa condição generalizada de cativo mais grave que a anterior”.

No estado do Ceará os inicianos foram presos e enviados para Pernambuco em fevereiro de 1760, tendo suas propriedades confiscadas e os índios integrados às missões por estes administradas entregues aos latifundiários e outros inimigos dos padres no estado.

Farias (2012, p. 75) vai acrescentar que houve comemorações pela saída dos jesuítas do estado em que foi celebrado a “[...] *te-deum* (cântico da igreja católica em ação de graça), a pedido dos latifundiários e demais inimigos dos inicianos”.

O autor segue esclarecendo que no caso dos aldeamentos após a expulsão dos jesuítas “[...] foram convertidos em vilas administradas por um diretor, enquanto os serviços religiosos passaram a ser realizados por padres seculares, muitos dos quais grandes senhores de terra [...]”, e segue explicando que é “[...] dessa maneira, o porquê de os nativos passarem a ser explorados, quando não expulsos ou obrigados a fugir das aldeias”.

O campo da educação era considerado fundamental para a reforma progressista do Marquês de Pombal, uma vez que ele considerava o ensino ministrado pela Companhia de Jesus atrasado e doutrinador.

Desta forma, a Companhia de Jesus é obrigada a deixar para trás todo um sistema de ensino consolidado, pois

[...] ao serem expulsos da Colônia, os Jesuítas deixam escolas de primeiras letras e cerca de 17 colégios em todo o país que ministravam ensino médio e preparação para os filhos da elite agrária cursarem o ensino superior em Portugal. (PINTO, 2000, p. 46)

Porém, o desmantelamento do sistema educacional jesuítico resultou na metrópole em um sistema de ensino público mais popular e moderno à luz das novas ideias pregadas pelo Iluminismo, já no Brasil não foi da mesma forma, uma vez que a contrapartida da Coroa não chega de forma imediata à colônia.

Embora o processo de implantação da reforma pombalina no Brasil tenha ocorrido logo após a aprovação do Alvará, por meio de concurso para professores ministrarem as aulas régias, Saviani (2013, p. 107) vai esclarecer que “[...] o desenvolvimento das aulas régias deu-se em ritmo lento, pelas resistências encontradas e pela falta de recursos financeiros”.

Após mais de um século fora do Brasil, a Companhia de Jesus volta ao país, desta vez expulsa pelo novo regime que se instala em Portugal. Os Republicanos portugueses, do final do século XIX e início do século XX, focaram na Companhia de Jesus por acreditar que o catolicismo não tinha muito que contribuir com as novas ideias baseadas no iluminismo que eram apresentados pelo modelo político republicano.

A atividade dos jesuítas desviava-se da ideologia positivista e filosófica a que os republicanos estavam apontando, como nos declara Azevedo (1986, p. 2) em *A missão portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste*, ao dizer que: “A expulsão da Companhia de Jesus em 1910 seguiu, o plano ideológico dos Republicanos que se sentiram realizados, reativando a legislação contra os Jesuítas [...]”.

A ordem religiosa dos jesuítas ao longo dos séculos desde a sua fundação, tinha como objetivo a missão e a formação, desta forma, foi aperfeiçoando métodos pedagógicos e fundando instituições de ensino para formação de leigos e do clero, como visto anteriormente nas colônias.

No retorno dos jesuítas para Portugal após a revogação do decreto pombalino de 1759, fundaram colégios como o de Campolide e São Fiel, que tinham enorme representatividade social, além da influência política que estes gozavam durante o período monárquico, seriam esses alguns dos motivos, senão, o principal que manteria os jesuítas como inimigos dos Republicanos após a derrota da falida monarquia portuguesa.

Após a queda da Monarquia portuguesa e a instalação do novo regime político, que logo trabalhou para derrubar o seu principal inimigo na ocasião, decretou-se a expulsão dos jesuítas de todo território português aos 08 de outubro de 1910, sendo renovada a legislação pombalina para os mesmos, além disso, toda expressão de cunho religioso ficou proibida em todo o Estado português.

Em fuga os jesuítas saíram de Portugal levando apenas o que podiam, e não passaram ainda mais dificuldades porque contaram com a caridade de irmãos correligionários de outros países da Europa e América Latina.

O Brasil, em virtude deste cenário, torna-se uma possibilidade de reconstrução para os exilados, em face de algumas semelhanças e a própria história de ambos que se cruza ao longo da História, como afirma Azevedo (1986, p. 07) dizendo, que o Brasil, com tantas afinidades culturais e linguísticas, oferecia muitas vantagens aos jesuítas expatriados.

Antes dos acontecimentos que mudaram os rumos da Companhia de Jesus em Portugal, já haviam sido enviados padres para o Brasil, porém, de forma ínfima comparada aos que desembarcaram em outubro de 1910, por ocasião da expulsão.

Em 05 de outubro do mesmo ano após a sua fuga e tendo em vista os pedidos para fundação de uma casa da Companhia na Bahia, Pe. Cabral resolve enviar uma comitiva de correligionários para o Brasil, e desta vez com um número expressivo, haja vista a sua preocupação em mantê-los unidos, foram então enviados “[...] 91 jesuítas (50 Padres, 2 Escolásticos e 39 Irmãos) [...]” segundo Azevedo (1986, p. 09).

A entrada dos padres no Brasil não foi de todo amistosa, tendo em vista, que os republicanos portugueses tentaram influenciar os republicanos brasileiros com base na sua campanha anti jesuítica, na qual a maçonaria teria forte influência, o que de início Azevedo (1986, p. 09) afirma que conseguiram a proibição da entrada dos padres em 18 de outubro de 1910, quando lhes é negado por um juiz de Segunda Vara Federal, o requerimento de “*habeas corpus*” (grifo do autor).

Embora não tenha recebido de início o apoio do presidente Nilo Peçanha, tiveram como apoiadores políticos o presidente do Rio Grande do Sul, Carlos Barbosa Gonçalves, o senador, também do Rio Grande do Sul, Pinheiro Machado e o senador Cândido Mendes de Almeida, que discutiam a entrada dos mesmos antes do desembarque dos padres Bento José Rodrigues e Antonio Freitas da Silva Coutinho, sendo concedido o *habeas corpus* impetrado pelos deputados José Valois de Castro e Pedro Moacyr, em favor dos mesmos aos 12 de novembro de 1910.

Para os jesuítas que aqui chegaram não foi difícil a escolha de novos ministérios, uma vez que o seu fundador Santo Inácio deixara opções bem vastas de escolhas, e embora, os padres fossem bastante requisitados para ajudar em paróquias, pois a escassez de padres no Brasil era muito grande, a educação continuou a ser a principal missão da Ordem no país.

Através da vasta experiência no campo da educação primária e secundária, mas também do clero, que eles reiniciaram sua missão em terras brasileiras, iniciando em Salvador, local onde foi fundada a sede da Missão Portuguesa, que era como os padres chamavam a sua nova missão no Brasil.

Desde o retorno ao Brasil os jesuítas percorreram várias regiões do país a convite de bispos e arcebispos, com o objetivo de auxiliar nas missas e missões voltadas à evangelização, pois como dito anteriormente havia escassez de padres no país, mas, sobretudo com objetivo de educar as crianças e os jovens de acordo com os valores cristãos.

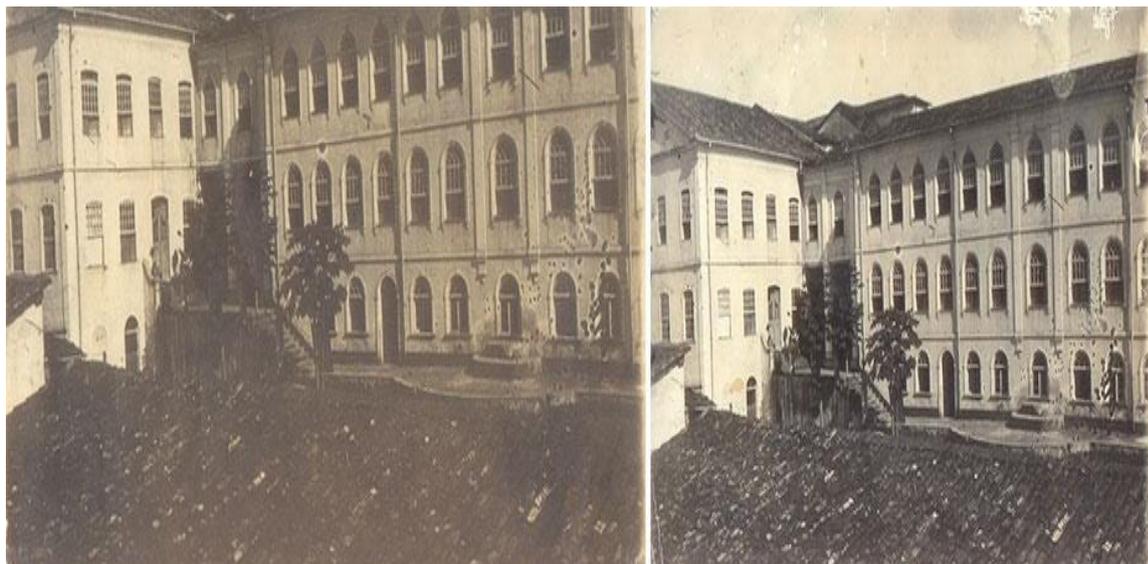
Com esse intuito os jesuítas portugueses percorreram os Estados do sul, a exemplo de São Paulo e Minas Gerais, estiveram no Norte, no Estado que hoje chamamos de Pará, porém, a missão mais significativa da Companhia foi na região Nordeste, mais precisamente nos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará.

Na Bahia tiveram o apoio e ajuda de Dom Jerônimo, figura importantíssima para o estabelecimento da Companhia no Estado, cuja grande preocupação era a educação e formação dos jovens, onde já tinha levado para Salvador três grupos de grande influência na formação de jovens, sendo eles os Salesianos, Maristas e agora os Jesuítas.

Essa vontade de D. Jerônimo de abrir um colégio era a mesma dos padres cuja experiência nesse campo já foi citada, porém, com a abertura do colégio o objetivo dos jesuítas era não só educar jovens e formar novos padres, mas também, e sobretudo manter a unidade dos padres exilados.

E foi alugando a antiga instalação e também comprando a mobília do Colégio Florêncio, que aos 15 de fevereiro iniciaram as matrículas e aos 15 março deram início às aulas no Colégio Antônio Vieira, iniciando o ano letivo com 7 alunos e finalizando com 70 na rua do Sodré, o que não durou muito tempo pois as instalações logo tornaram-se apertadas para os padres e alunos, foi aí que decidiram, em 5 de julho de 1912, pela compra de um novo prédio situado na rua dos Coqueiros da Piedade.

Figura 02 - Primeiras instalações do Colégio Antônio Vieira na Rua Sodré.



Fonte: <http://www.colegioantoniovieira.com.br/quem-somos/nossa-historia/index.html>.

Figura 03 – Instalações do Colégio Antônio Vieira na Rua dos Coqueiros da Piedade.



Fonte: <http://www.colegioantoniovieira.com.br/quem-somos/nossa-historia/index.html>.

Ainda no Estado da Bahia fundaram um colégio em Caitité, cidade que embora pequena exercia influência política por meio da família Teixeira, Rodrigues Lima e Tanajura, como nos informa Azevedo (1986, p.36) ao dizer que “Em 1892, deu à Bahia, na pessoa do Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, o primeiro governador eleito”.

Outro motivo para fundação da escola era contrapor-se à educação protestante que lá havia se instalada através do missionário presbiteriano Jonh Henry Mac-Cauly, na Escola Americana em 1912 por intermédio do Coronel Cazuzinha.

O Instituto São Luiz Gonzaga, nome dado pelos jesuítas para diferenciar de Colégio, também foi inaugurando em 1912, porém, ficou conhecido mesmo como “Colégio dos Padres”.

É importante frisar que no Colégio Antônio Vieira os padres não impactaram apenas no campo da educação de nível básico, mas por meio da Congregação Mariana Acadêmica – CMA, fundada em 10 de maio de 1910, foi possível difundir as ideias dos inicianos em meio a estudantes universitários, sob direção inicial do Reitor Pe. Antônio Maria Alves e depois de forma ainda mais significativa o Pe. Cabral.

O grupo discutia temas como transformismo, evolução, Brasil industrial, dentre outros assuntos, sendo que já em 1920, Pe. Cabral decide abrir uma pensão para universitários de poucos recursos.

Não diferente da Bahia, no caso de Pernambuco havia uma preocupação clara com o destino da educação no estado, ficando explícito quando Azevedo (1986, p. 108) relata o desejo de Dom Luís, bispo de Recife e Olinda, ao expor que o mesmo “[...] desejava muito melhorar a qualidade do ensino no Colégio Diocesano. Em 1902, tentou, sem sucesso, trazer os Irmãos Maristas ao Colégio”.

O mesmo Colégio Diocesano foi oferecido à Missão Portuguesa em 1914, porém, essa opção não foi aceita pelos jesuítas, que inauguraram em 19 de março de 1917 o Colégio Manuel da Nóbrega, instalado no antigo palácio da Soledade, que anteriormente era a residência episcopal e foi vendido para a Missão Portuguesa por intermédio de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra.

Porém, um dos principais feitos, se não o principal, foi a fundação da Escola Apostólica dos Jesuítas, pois como nos mostra Azevedo (1986, p. 165) a formação do clero era de muita importância para os jesuítas, “A Companhia de Jesus sempre deu muita importância à formação de seus membros e os jesuítas portugueses permaneceram fiéis a esta tradição”.

Inicialmente à procura de um lugar, Pe. Pinto cogitou em 1913 o estado de Minas Gerais na cidade de Barbacena, depois no mesmo estado a cidade de Varginha, já no ano de 1914, o que não ocorreu, porém, Pe. Pinto foi mesmo um entusiasta, quando o assunto era a abertura da Escola Apostólica, pedindo novamente que os Consultores da Missão olhassem pela questão da fundação da escola, quando em agosto de 1914 conseguiu sua aprovação.

Em 1916 ainda sem local para fundação da Escola, Pe. Pinto já se vê com mais um obstáculo para a concretização da escola, sendo colocado como entrave a falta

de pessoal, onde os Consultores da Missão condicionaram a abertura da escola ao fechamento do Instituto São Luís Gonzaga em Caitité.

A demora na concretização de tão nobre feito para a Companhia está ligada não somente a questões financeiras ou de pessoal, mas também àquilo que Azevedo (1986, p. 167) vai chamar de omissão, quando cita o Pe. Gonçalves ao dizer: “[...] o Pe. Gonçalves foi omisso em levar para frente os planos relativos a tão justa aspiração. Ao nosso ver, ele nunca se convenceu de que os brasileiros eram aptos para o sacerdócio em geral e em particular para a vida religiosa”.

Porém, era mesmo para ocorrer à fundação da tão sonhada escola, pois já em 1919 uma reviravolta na administração da missão deu novos ares ao projeto, quando o Pe. Pinto assume como Superior da Missão em lugar do Pe. Gonçalves, e na busca incansável por um lugar apropriado, o Pe. Pinto resolve vir ao Ceará e nessa viagem defini-se finalmente o lugar para a escola, a cidade de Baturité.

Na época colonial, os Jesuítas da aldeia dos Paiacus apenas visitaram o lugar, um ou outra vez depois de 1741 para administrar os sacramentos. Ficou-se chamando o lugar Baturité e foi o mesmo que a partir da década de 1920 iria assumir um papel mais importante da presença crescente da Companhia de Jesus no Nordeste. (AZEVEDO, 1986. p. 169).

Embora as reviravoltas ocorridas tenham sido favoráveis aos projetos ambiciosos da Escola Apostólica, não faltaram dificuldades de ordem financeira ou mesmo de aceitação do local no ceio da ordem dos jesuítas, até a inauguração Pe. Pinto terá de enfrentar muitos obstáculos para ver concretizado a obra que como veremos a seguir foi de fundamental importância para o processo de nacionalização da Missão Portuguesa no Brasil.

3. BREVE RELATO SOBRE A FUNÇÃO DA CIDADE DE BATURITÉ – CE E O SEU CENÁRIO EDUCACIONAL: UMA RELAÇÃO ENTRE RELIGIOSOS E ESTUDANTES.

As tentativas de desbravamento e ocupação do Maciço de Baturité iniciaram-se em 1680, com a expedição de Estevão Velho de Moura, que o alcançou subindo o rio Choró, sendo o primeiro “descobridor” da região. A partir de 1700 fixaram-se os primeiros sesmeiros, destacando-se o Tenente Coronel Manuel Duarte da Cruz em 1718, em terras situadas no atual município de Aracoiaba e o Tenente Amaro Rodrigues Moreira em 1734, no Sítio Umary, numa região mais ao sul.

Com a chegada dos colonizadores, chegam também embriões da Igreja Católica, representados em sua maioria pela Companhia de Jesus. Sua função era domesticar os índios, trazê-los ao reino dos céus, ou seja, torná-los apáticos perante a invasão, amansá-los como à animais. Eram então relativamente “inseridos” na cultura do colonizador, por pequenas doses aleatoriamente injetadas de uma cultura pronta a qual não compreendiam, enquanto vestiam roupas que lhe eram impostas e despiam-se de si mesmos.

Em 1731, um cacique da Tribo Canindé, peticionou ao governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira Tibiã, solicitando um missionário próprio para seu aldeamento, localizado nas cabeceiras do Rio Choró, já que eram todos batizados desde 1711. O pedido foi aceito e os índios conseguiram uma légua de terra no Muxió, nas proximidades da atual cidade de Quixadá, onde se localizaram por algum tempo.

Em 21 de outubro de 1739, outro chefe indígena, o Cacique da Tribo Jenipapo chamado Miguel da Silva Cardoso, seu nome de batismo, peticionou ao governador de Pernambuco, agora Henriques Lins Pereira Freire, um pedaço de terra. O governador então ordenou que eles juntassem-se aos Canindés, vivendo em uma única aldeia, já que eram aparentados e falavam a mesma língua.

As tribos então juntaram-se e ocuparam as regiões do Banabuiú, Tabuleiro da Areia e o saco da Serra da Palma, ao sul da bacia do açude do Cedro, no atual Quixadá, de onde posteriormente saíram para ocupar sua localização definitiva, no sítio “Comum”, hoje Tijuca, na serra de Baturité, ribeira do rio Aracoiaba.

Na migração, os índios foram chefiados pelo Cacique Miguel da Silva Cardoso, que por ser considerado fundador da aldeia que chamavam “Comum” e que deu origem à

cidade de Baturité, foi nomeado aos 57 anos Capitão-mor, quando da ereção da Vila em 1764.

Na aldeia Comum, os índios veneravam numa pequena igreja de taipa, uma imagem de madeira portuguesa do século XVIII, de 40 centímetros de altura e que representava Nossa Senhora da Assunção, com o menino Jesus no braço esquerdo e uma pequena palma na mão direita.

Segundo a tradição, essa imagem foi trazida da fazenda “Frade” ou “Padre”, onde fora deixada por um sacerdote muito virtuoso que teria sido trucidado pelos índios.

Na aldeia Comum, a imagem foi batizada de Nossa Senhora da Palma, que deu nome àquela Missão (designação usada para o movimento de “aldear” os índios da região) e a posterior Freguesia (consolidação da Missão, e implantação definitiva e formal de uma paróquia) em 19 de junho de 1762, tendo como seu primeiro vigário, o Padre Patrício Joaquim.

Figura 04 - Nossa Senhora da Palma (Padroeira da cidade de Baturité).



Fonte: http://baturiteemcomentario.blogspot.com.br/2010/05/nossa-senhora-da-palma_22.html.

Por ordens de D. José I, Rei de Portugal, e de seu Ministro Sebastião José de Carvalho Melo, o Marquês de Pombal, a Freguesia de Nossa Senhora da Palma foi declarada Vila e inaugurada pelo Ouvidor Vitorino Soares Barbosa (8º Ouvidor Geral da Capitania do Ceará, Provedor da Fazenda Real, Corregedor da Comarca, Juiz Executor, Comissário das novas Vilas e Procurador do Governo de Pernambuco).

Para tanto, tiveram que se juntar aos índios da Aldeia Comum, os índios Quixelôs, da antiga Missão da Telha, hoje Iguatu, para completar a contagem de 100 casais, que o Diretório exigia como condição de elevação da Freguesia para Vila.

Em 31 de março de 1764, chegaram à Freguesia Nossa Senhora da Palma, credenciados pelo Governador e Capitão General de Pernambuco Luiz Diogo Lobo da Silva, o Ouvidor Vitorino Soares Barbosa, o Escrivão Elias Paes de Sousa Mendonça e o Engenheiro Custódio Francisco de Azevedo, para fazer as medições de 154 terrenos para a construção de casas, no mesmo alinhamento das três já feitas, uma para o Vigário, outra para a Câmara e outra para a Escola, além da escolha do local onde seria feita a cerimônia de ereção da Freguesia.

Em 14 de abril do mesmo ano, aproximadamente três horas da tarde, na presença de todos os moradores, o Pe. Teodósio de Araújo e Abreu, 2º Vigário da Freguesia, nove brancos e a multidão de índios, cerca de quatrocentos, entre homens, mulheres, idosos e crianças, no meio da praça, em frente à Casa da Câmara, o Ouvidor fincou o Marco de fundação da Vila que foi aclamada de Vila Real de Monte Mor, o Novo D'América, declarando como seus padroeiros, Nossa Senhora da Palma e São João Nepomuceno.

Em 17 de junho de 1830, por Ato Provincial, foi oficialmente adotado o nome de Baturité para a Vila, sendo que a denominação mais comum era de Vila dos índios.

O nome Baturité foi dado pelos indígenas e segundo Pedro Catão foi formado por uma corruptela de *ibi* (terra), *tira* (alta) e *eté* (verdadeira), *Ibitiraeté*, ou seja, Serra Verdadeira ou Serra por Excelência. Para José de Alencar, seria Valente Nadador, *Batuiraeeté*. Para Gil Amora, a nomenclatura significa sair ou rebentar água boa, *Butueté*, pela riqueza de fontes que há na serra.

Sob a Lei Provincial nº 844 de 9 de Agosto de 1858, a Vila de Baturité foi elevada à cidade.

No dia 16 de maio de 1764, alguns dias após a ereção da Vila – como citado anteriormente, o Ouvidor Vitorino Soares Barbosa alistou 37 meninos que considerou em condições de aprender a ler e escrever, os quais ficaram sob a responsabilidade do escrivão da vila, Cosme Paes Maciel de Carvalho, para ensiná-los; e 36 meninas, confiadas à índia Maria de Oliveira, para ensiná-las a coser e fazer rendas.

O diretório determinou que os pais deviam pagar aos professores uma quantidade entre um e dois alqueires (entre 15Kg e 30Kg) de farinha por aluno⁵.

Baturité tornou-se ao longo dos anos 30 e 40 celeiro da educação em toda a região, reconhecida de forma local e regional, foi pela fama da qualidade de suas instituições de ensino que para suas escolas vinham alunos de todo Ceará, inclusive de outros estados.

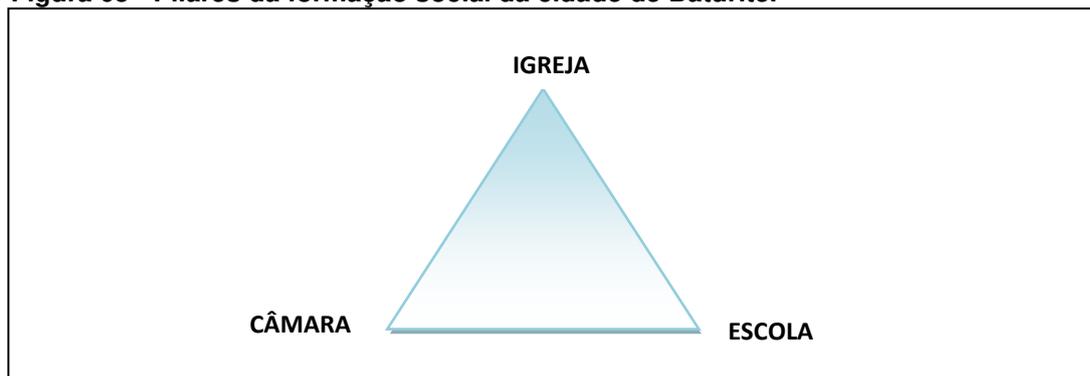
Sendo a mesma uma cidade fundada com base religiosa forte, teve na religião católica o fundamento principal da escolarização de sua população. Tendo como destaque econômico nesse período a cafeicultura e a instalação da estrada de ferro no século XIX.

As escolas construídas, em sua maioria, tinham uma proposta pedagógica voltada ao culto, à moral e ética cristã, com bases sociais dirigidas ao conservadorismo, ruralismo e ao predomínio da religião católica. A cidade foi desenvolvendo-se nas proximidades da Igreja Matriz, que tem Nossa Senhora da Palma como padroeira, sendo esta a primeira e única paróquia em todo o Brasil com esta denominação.

Embora o período histórico abordado a seguir já contemple as reformas educacionais brasileiras que tinham como objetivo um novo projeto educativo, na cidade de Baturité o que se mantinha em vigor era o projeto educativo da Igreja Católica.

Enquanto diversos movimentos organizavam-se para combater os setores conservadores, o que se mantinha na cidade eram os pilares conservadores com base nas Instituições (câmara, escola, igreja).

Figura 05 - Pilares da formação social da cidade de Baturité.



Fonte: Artigo O VIGÁRIO, O PREFEITO E O PROFESSOR: UM RESGATE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BATURITÉ-CE.

⁵ Essas informações foram extraídas do resumo feito por Pedro Catão “do que consta dos Autos de Criação existentes no Arquivo Municipal”, publicado no “ALMANAQUE MUNICIPAL DE BATURITÉ” de 1896 e da “HISTÓRIA DE BATURITÉ – Época Colonial” de Vinícius Barros Leal, além de trabalhos de Menezes da Rocha e Aires de Montalbo, publicados no jornal “A VERDADE”, citados por Miguel Edgy Távora Arruda em seu trabalho “BREVE ESTUDO SOBRE A HISTÓRIA DE BATURITÉ”.

Isso ocorria por que a educação era um meio bastante eficaz na reprodução e propagação da moral católica, além de formadora das elites intelectuais cearenses, de forma disciplinada e obediente, que impôs o mando segundo a austeridade do catolicismo, pois segundo Costa,

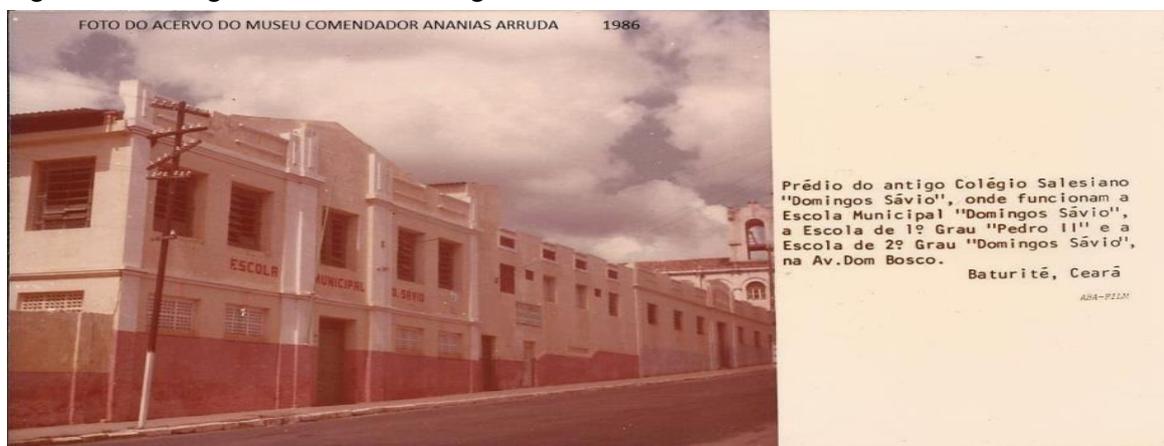
Nas escolas religiosas a hierarquia se constituía como mecanismo, por excelência, de imposição da homogeneidade ao pensamento dos indivíduos [...] a respeito da hierarquia, está fazia parte da tradição católica assimilada pela maioria do povo, e as escolas reproduziam essa maneira de pensar [...]. (COSTA, 2007. p. 54)

Além da Escola Apostólica dos Jesuítas, objeto da pesquisa, foram fundadas posteriormente em Baturité outras duas escolas, que também seguiam a doutrina católica e eram administradas por religiosos, sendo elas, o Colégio Salesiano, que foi denominado de Domingos Sávio, inaugurada em 01 de Janeiro de 1930, autorizado pelos Superiores da Congregação Salesiano em Turim – Itália em Novembro de 1929.

A segunda escola foi o Instituto Nossa Senhora Auxiliadora (INSA), inaugurada em 19 de março de 1932, que também pelo intermédio do Coronel Ananias Arruda, a Congregação que estava situada em Recife autorizou no final de 1931 a abertura da Casa.

O Instituto tinha como objetivo atender ao público feminino, que na época era bastante procurado pelas famílias locais e também de outras cidades do Estado. A escola, assim como a Domingos Sávio, contava com instalações que abrigariam alunas internas, semi-internas, externas e oratório festivo.

Figura 06 - Colégio Salesiano Domingos Sávio.



Fonte: Acervo do Museu Comendador Ananias Arruda – 1986.

Figura 07 - Instituto Nossa Senhora Auxiliadora (INSA).



Fonte:<http://arturricardo-historiador.blogspot.com.br/2015/04/14-de-abril-dia-de-memoria-historica-de.html>.

Abaixo vamos apresentar como se deu a fundação da Escola Apostólica dos Jesuítas na cidade de Baturité, o que para época foi um marco no desenvolvimento da educação, não apenas de forma local, mas também no Estado, porém, antes de tudo é necessário voltarmos no período colonial e compreender em que bases estavam assentados os pilares do projeto educativo jesuítico, que segundo Ramos (2013, p. 87-114) em seu artigo *A Educação Escolar no Brasil Colonializado (1549-1890): Subalterização ou Libertação/Descolonização?*, “[...] era pautado por uma educação religiosa uniforme, neutra e conservadora [...] no desenvolvimento de atividades literárias e acadêmicas, em outras palavras, na formação do homem branco erudito [...]”.

3.1. HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO DA ESCOLA APOSTÓLICA DOS JESUÍTAS EM BATURITÉ.

A negociação para a vinda da Escola Apostólica dos Jesuítas para Baturité, inicia-se em 1921 entre o Coronel Comendador Ananias Arruda e o Jesuíta Pe. Pinto, isso porque inicialmente as pretensões da Ordem dos Jesuítas era levar a escola para outro estado do Nordeste, porém, após convite de Ananias Arruda para conhecer o possível local aonde a escola seria construída no município, visitaram o Sítio Olho D'água.

Depois de um tempo já passado pelo processo de doação do terreno pela arquidiocese de Fortaleza para a “Sociedade Nacional de Instrução”, que era uma firma da Companhia de Jesus no Norte do Brasil, cujo procurador era o próprio Coronel Ananias Arruda que representou a Companhia nessa transação comercial. Após a doação, Ananias Arruda ainda doou mais dois terrenos para outras instalações da escola, foram os Sítios ‘Jordão Mendes’ e ‘Caridade’.

Os outros dois sítios seriam fundamentais para a manutenção da escola no que diz respeito ao abastecimento de água, bem como, a produção de café e outros cereais, isso porque os custos para construção da escola foram muito altos e a manutenção dela seria uma das dificuldades pela qual os padres passariam, desde a fundação até o fim das atividades escolares na década de 60. Embora a escola não estivesse ligada à economia local, o declínio da cultura do café em Baturité de alguma forma afetaria a escola.

Para a construção do prédio rústico, porém imponente, que seria avistado da cidade de Baturité seria necessário muitos recursos financeiros, e foi esse um dos maiores gargalos encontrados por Pe. Pinto para a execução de seu tão sonhado projeto.

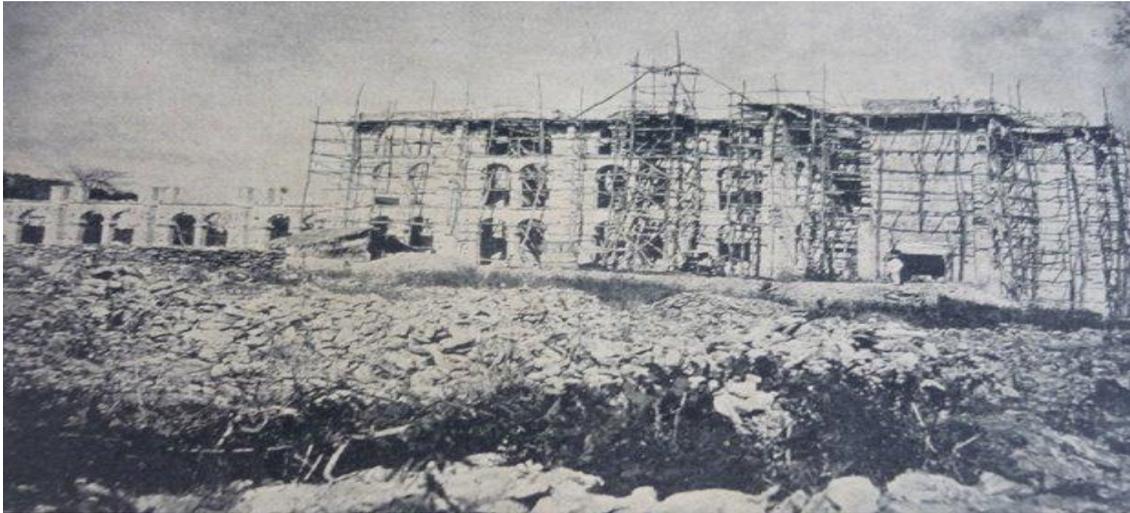
Observando o cenário, Pe. Pinto iniciou uma campanha para angariar recursos, já em 1922 percorrendo vários estados brasileiros e outros países, segundo Azevedo (1986, p. 189) o alvo do padre era as grandes cidades brasileiras e a comunidade portuguesa situada nos países da Europa, Estados Unidos e Espanha.

Contou também com o apoio do Governo Federal já durante a construção, como transcreve Azevedo por meio dos documentos da Escola, escritos por Pe. Pinto:

Os auxílios do Governo Federal por meio da Inspectoria das Obras contras as secas, e pelo Ministério da Viação, como seja: - estrada de rodagem de Baturité até o prédio (150 contos), transporte gratuito da Estrada de Ferro, pólvora, estopim, ferramentas em grande quantidade (pás, enchadas, carrinho de mão, etc.) trilhos usados, etc. – tudo isto sobe várias dezenas de contos de réis. Espero

conseguir uma nota aproximada do valor de todos estes favores do Governo Federal. (PINTO, 1986. p.189)

Figura 08 – Escola Apostólica dos jesuítas em construção.



Fonte: http://1.bp.blogspot.com/v7PrSGjolms/T5PM1hVaEbl/AAAAAAAAA3o/LDV2kV5vaQU/s1600/427332_356892047665684_204373782917512_1196845_663012603_n.jpg.

Além das muitas dificuldades financeiras, Pe. Pinto ainda contava com as críticas e desconfianças de alguns padres da Companhia, dentre eles estava Pe. Gonçalves, Reitor do Colégio Nóbrega situado no Estado de Pernambuco.

O mesmo criticava muito a escolha do local e como argumento para justificar seu ponto de vista ainda usava de argumentos preconceituosos para com o Ceará e o Norte do Brasil, isso porque, nessa época o Nordeste era pouco mencionado na historiografia, existindo apenas os estados do Norte, o que caracterizava também uma forma preconceituosa, pois extinguiu a região pelo menos de uma forma literária.

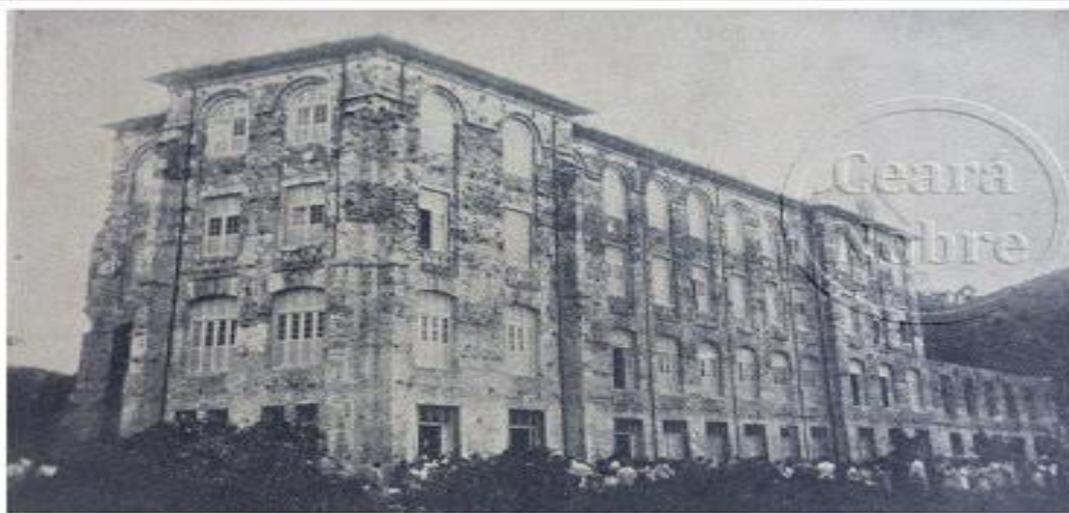
Escreveu ao provincial da Companhia em março de 1923 relatando justamente seu ponto de vista a respeito do assunto,

A respeito de Baturité já uma vez manifestei a V^a. Reva. Os meus receios. Ainda não estou persuadido que a escolha do local fosse feliz – dizem os que lá teem estado que é quente e fora de mão. O P. Yabar, quando Superior da Missão do Centro, fundou uma escola apostólica em S. Paulo com meninos de famílias boas, tirados quase todos dos nossos collegios, muitos dos quaes pagavam: creio que o resultado tem sido bom. A nossa eschola deveria seguir esta Idea. Receio que ella se limite a meninos cearenses, e são geralmente muito pobres, e hão-de falhar muito. Nosso Senhor permita que esta informação não seja verdadeira: mas é de vários. Depois no Brasil ninguem vae pedir instrucção ou civilização ao Norte: os do Norte veem-na buscar no Sul. Ha-de haver uma certa repugnancia na gente de estados Sul em ir para o Ceará. Os Cearenses são muito apaixonados pela sua terra, como os nossos transmontanos, mas o resto do Brasil não morre de amores pelo Ceará. Os consultores da Missão viram Baturité por um prisma muito doirado. (AZEVEDO, 1986. p. 183)

O projeto arrojado e majestoso fora produzido por um renomado engenheiro paulista, onde a Pedra Fundamental da construção do prédio foi retirada das ruínas da antiga Igreja dos Jesuítas da cidade de Aquiraz.

Em 15 de agosto de 1927 foi concluída a parte lateral direita do prédio, após cinco anos de seu início, contando com os seguintes jesuítas e os primeiros alunos, conforme Arruda (2001, p.28-29) nos descreve foram os seguintes: “Padre JOSÉ CELESTINO – Reitor, Padre PAULINO VIELLEDENT – Ministro, Padre JOAQUIM TEIXEIRA – Prefeito dos Apostólicos, Padre FELIPE PINHEIRO, Padre ALEXANDRINO MONTEIR, Irmãos BOSCO, FERNANDES e OLIVEIRA”.

Figura 09 – Escola Apostólica dos Jesuítas em Baturité-CE.



Fonte:<http://arturricardo-historiador.blogspot.com.br/2012/11/historia-de-baturite-ceara-atraves-de.html>.

Em 18 de agosto do mesmo ano, entraram os cinco primeiros alunos, desde então a Escola Apostólica dos Padres Jesuítas de Baturité, segundo Arruda (2001, p. 29), “[...] abrigou centenas de alunos dos quais muitos se ordenaram padres [...]. Sua presença projetou Baturité no cenário cearense favorecendo a presença de outras escolas já programadas e prestes a serem concretizadas”.

4. UM CORONEL RELIGIOSO EM BATURITÉ, A POLÍTICA DOS CORONÉIS E A EDUCAÇÃO DOS JESUÍTAS: ONDE AS IDEIAS SE CRUZAM.

A República Velha brasileira era pautada em relações políticas de cunho não democrático, no qual o coronelismo predominava entre o Estado e proprietários rurais, como explica Carvalho (1997, p. 01) em seu artigo intitulado *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual* em que ele afirma ser o coronelismo um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis, em que o mesmo era fruto de alterações gestadas nessa relação, porém, segue dizendo que quem detinha o poder nessa relação era o Estado, antes que o predomínio dos coronéis.

Além disso, é importante frisar que segundo a análise de Carvalho o coronelismo teve princípio, meio e fim, sendo seu início em 1889 e fim em 1930, período que compreende a Primeira República brasileira, embora ele também afirme que o sistema foi enterrado em definitivo apenas em 1937.

Porém, quem eram esses coronéis que se abasteciam de influências junto ao Estado para manter-se no poder? Eram justamente os descendentes das elites rurais brasileiras, baseadas no modelo familiar patriarcal como menciona Sérgio Buarque de Holanda em sua obra célebre *Raízes do Brasil* cuja primeira edição data de 1936:

No Brasil, onde imperou, desde os tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também, do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para esfera de influência das cidades – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje. (HOLANDA, 1995. p. 145)

No caso de Baturité não era diferente, pois, as ligações familiares eram tão fortes que até mesmo os casamentos consolidavam não apenas uma união conjugal, mas também uma aliança política, seja ela partidária ou ideológica.

As famílias de maior prestígio na cidade, com o passar dos anos acabam fazendo parte uma das outras e como algo característico no Brasil, o público e o privado misturavam-se num jogo de interesses que perpassavam os negócios, política, igreja e educação, cujo mando estava presente em todas.

Essas relações que misturam o público e o privado é também destacada por Arruda ao citar Rêgo em sua dissertação, *O Sapateiro e o (s) Coronel (néis): A Cultura Política de Baturité-CE (1892 – 1937)* quando diz que “[...] a família era a maior clientela

política de um coronel” (ARRUDA, 2013. p. 71 apud RÊGO, 2008. p. 41) e segue esclarecendo que as

[...] alianças familiares travestiam-se de conteúdo político-partidário, os direitos e deveres eram mais vividos de forma privada [...] do que emanados pelo Estado [...] A ocupação de cargos públicos era quase sempre manipulado segundo a disposição parental dos sujeitos [...]. (ARRUDA, 2013, p. 71)

A assertiva de Arruda também consolida-se na análise de Holanda, quando ele faz a seguinte afirmativa com relação à forma como o Brasil estabelece suas relações no âmbito administrativo burocrático do Estado,

No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. (HOLANDA, 1995. p. 146)

Costa (2007, p. 32) em sua Dissertação intitulada, “*Coronel*” – *Cristão: A trajetória de Ananias Arruda na Fé e na Política* vai dizer que: “O Estado se transformou, sem o mínimo pudor, na instância que legitima os interesses particulares do grupo político hegemônico, através da legislação e das instituições representativas”.

Após a República, o Brasil sempre dominado pelas elites rurais passaria agora a criar um novo sistema para sua manutenção no poder frente às demais classes sociais do país. A manutenção do seu mando, iria configurar-se através de um estado patrimonial, elitista e coronelista, principalmente no nordeste brasileiro. Porém, a aliança parental que mais nos interessa nessa pesquisa seria a dos Arrudas, que logo nos levaria à figura ilustre do Coronel Ananias Arruda.

Iniciando por Miguel Arcanjo de Aguiar Arruda, que saiu de sua fazenda em Bilheiro, localizado em Santo Antônio de Aracatiaçu, mudou-se com toda família para Baturité em 1891 após a seca de 1888 afetar de forma direta os negócios de sua fazenda. Logo conheceu o prestígio político e a ascensão econômica na cidade serrana, isso se deu muito em virtude do poder de seu primo, João Arruda de Aguiar Silva, que na época era intendente de Baturité.

Miguel Arruda, pai de Ananias Arruda, estabeleceu na cidade uma firma em sociedade com os filhos mais velhos, cujo nome era “Arruda & Filhos”, o que mais na

frente após sua morte os irmãos em sociedade, estabelecem as firmas “Antônio Arruda & Irmãos” e “Arruda e Irmãos”.

Além do ramo comercial, os casamentos e as relações de parentela renderam à família Arruda prestígio ainda maior e ingresso no cenário político municipal e estadual, com relação a este assunto Arruda (2013, p. 83-84) cita alguns casamentos tais como, José Arruda com Ester Proença, Maria Adelina com Luiz Gonzaga Furtado, Raimundo Arruda com Noemy Távora Assis e por último ele cita a união de Ananias Arruda com a sobrinha do pároco Monsenhor Manoel Cândido dos Santos, tornando assim as relações do coronel com a Igreja, ainda mais estreitas.

O Comendador/Coronel Ananias Arruda, grande benfeitor da Igreja, político, comerciante e comunicador já era nascido quando da vinda de seu pai Miguel Arruda para cidade de Baturité em 1891. Nesta época, Ananias Arruda tinha apenas cinco anos de idade, desde cedo tornou-se um rapaz religioso, empenhado com as causas sociais.

Estudou nas escolas primárias, Ateneu Baturiteense e Colégio Nogueira, ambas sediadas na cidade de Baturité e por último, no Educandário situado na Serra de Baturité, mais precisamente na cidade de Guaramiranga, onde concluiu seu Curso de Humanidades.

Figura 10 – Comendador Ananias Arruda.



Fonte:

http://2.bp.blogspot.com/Wc9XROoR7_Y/Tum8NpEgN6I/AAAAAAAAAEo/SyCgKShO2vY/s1600/258450_1692586209425_1680891623_1130221_2724794_o.jpg.

A importância de Ananias Arruda se faz significativa nessa pesquisa por ter sido ele porta de entrada dos jesuítas no município de Baturité. Lembrando que o mesmo quando da fundação da Escola Apostólica foi intermediador das negociações com Pe.

Pinto, viabilizando local para construção, doações entre as famílias abastadas da cidade, além de acompanhar de perto as obras quando da ausência do referido padre.

O mesmo foi prefeito de Baturité nos mandatos indiretos de 1935 a 1943, compôs a Liga Eleitoral Católica (LEC), a Associação Comercial e ajudou a fundar o Círculo Operário dos Trabalhadores Católicos de “São José” e “Maria Imaculada” no município.

No que diz respeito à sua condição de coronel e bom cristão, Costa (2007, p. 49) vai dizer que o povo não lhe devia obediência em razão da política, mas se não, pela fé católica que o mesmo colocava-se como defensor, recebendo em 16 de outubro de 1929 a condecoração intitulada “Irmão da Companhia de Jesus”, e por fim segue afirmando que a tradição católica de Ananias Arruda aliada à sua austeridade religiosa, que transformada em convicção pessoal, foi um dos principais elementos de reprodução do mando.

Descrever a influência dos Jesuítas em campos de atuação bem distintos como educação, política e as questões sociais é quase um tear, não porque, seja de todo modo a historiografia brasileira esvaziada de conteúdos que abordem essa temática, pelo contrário, mas, sobretudo, porque tratamos dessas influências em uma cidade do interior do Ceará, que após os anos áureos da cultura do café de 1880 a 1890 segundo Azevedo (1986, p. 173), vinha perdendo seu prestígio econômico no estado, porém, a teima pelas influências políticas marcadas pelo período dos coronéis não deixa desaparecer o nome de Baturité.

Analisando este cenário, a Companhia de Jesus através da Missão Portuguesa pode ter exercido influência no campo da política e nas relações sociais do município de Baturité.

As fontes extremamente escassas para o aprofundamento não nos deixam outra opção se não utilizar o método comparativo e dedutivo, haja vista que a maior parte do conteúdo encontrado trata da influência desses na Região Nordeste nos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, porém, no caso do Ceará a capital do estado Fortaleza em função de sua importância econômica e política é mais focada pelos autores e pesquisadores, embora o período que compreende a República Velha e o Estado Novo, período focado nessa pesquisa, é possível analisar um pouco mais a atuação regional destes.

Questiona-se no meio acadêmico como a República brasileira configurou-se de forma particular com as ideias por trás do regime republicano, seja nas ideias do

iluminismo, atenta ao positivismo, ou na sua maneira de aglutinar o que de fato lhe importa em todas elas.

O fato é que a questão jesuítica no Brasil envolve não apenas um assunto voltado à solidariedade histórica, existe um certo sentimento de rompimento abrupto ou objetivos sociais de cunho educacional, teria também por parte do governo brasileiro interesses na ação dos mesmos junto à sociedade, além do apoio da Igreja Católica que já exercia certa influência nos mais variados cenários da sociedade brasileira da época.

Essa contradição é notória quando Azevedo fala que:

Enquanto no império foi rigidamente circunscrita, a Igreja Católica exerceu liberdade de ação na Velha República, fato admitido com muita relutância pela própria hierarquia brasileira. Essa liberdade possibilitou, mesmo com alguns empecilhos, a entrada, no Brasil, de muitos membros da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, expulsada de Portugal em 1910. (AZEVEDO, 1986. p. 1)

E segue falando das contradições iluministas vividas no Brasil no período monárquico e agora com a república:

[...] na mesma terra o iluminismo pombalino suprimira a Companhia de Jesus e, mais de século e meio mais tarde, o mesmo iluminismo na sua forma republicana expulsou a Companhia de Portugal. Numa doce ironia, esse mesmo iluminismo, desta vez, na sua forma republicana brasileira, recebe os jesuítas portugueses que, de maneira imprevista, iriam fruir, como a Igreja, a liberdade da Velha República. (AZEVEDO, 1986. p. 1)

As respostas para o posicionamento dos republicanos seguem no rumo das relações entre o Estado e a Igreja, e da forma como as se apresentaram, pois só após entendermos essa relação é que talvez encontraremos respostas para uma atitude tão ambígua para os republicanos brasileiros do período da República Velha e posteriormente do Estado Novo.

4.1. O ENVOLVIMENTO DOS JESUÍTAS NA EDUCAÇÃO E NA POLÍTICA DE BATURITÉ.

Embora as contradições existentes no modelo republicano português e brasileiro tenham favorecido a entrada e permanência dos jesuítas em solo nacional, a Igreja Católica naquela altura já vinha enfrentando problemas de ordem político/ideológico para com os princípios iluministas que estavam sendo aplicados pelo Estado, pois desde a Proclamação da República brasileira a Igreja vinha perdendo espaço.

A separação da Igreja e o Estado soaram de forma impactante para o clero, que viu grande ameaça, sobretudo pela expansão do que eles vieram a chamar de “República Athéia”, cuja Maçonaria na visão da Igreja Católica eram os principais influenciadores.

Desta forma, as rupturas entre Igreja e Estado ocorrem no campo ideológico e nas disputas de poder frente a forte influência que a Igreja detinha sobre a sociedade, como cita Costa (2007, p. 32) ao falar do afastamento ocorrido entre as duas instituições,

No Ceará, o auge desse conflito seria alcançado com a fundação da Academia Francesa, perfilhando o surto cientificista, e a Reação Católica, que perfiava por relançar argumentos extraídos do velho pensamento teológico, redimensionados a níveis da anunciação tradicionalista, buscando justificar a preservação dos privilégios desfrutados pela Igreja e visível em ‘extensos setores’ como o clero, instituto de ensino médio e superior, imprensa, família’. De modo geral, posicionava-se a Reação Católica contra o liberalismo, a Revolução Francesa, o Capitalismo, a Ciência Moderna, a igualdade anti individualista, a Reforma Protestante. (COSTA, 2007. p. 32 apud PARENTE, 2000. p. 82)

Porém, a multifacetada Igreja já vinha dando-se conta das mudanças que vinham ocorrendo no mundo, pois tudo que consideravam contrário à sua doutrina, estavam interferindo no “mundo moderno” e industrializado.

Eram novas classes sociais, novas ideias e práticas formando-se, e todas estavam sobrepondo-se ao tradicionalismo doutrinário, a obediência irrestrita e quase devocional à Igreja, para tanto a Igreja romana precisava responder à altura dos anseios dessas novas camadas da sociedade, e a encíclica *Syllabus Errorum* (1864) com um teor mais crítico, mas sobretudo na *Rerum Novarum* (1892)⁶, que foi considerada de acordo

⁶ “A sede de inovações, que há muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril, devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera vizinha da economia social. Efetivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si

com as preocupações de cunho social do mundo moderno, atualizaram as atividades eclesiais, inserindo a Igreja também no mundo do trabalho e das questões de classe.

A formação dos Círculos Operários na França é prova desse novo discurso, que estava para além de discurso, uma vez que era necessário pôr em prática o quanto antes um projeto social que aproximasse a Igreja do operário, e ainda assim, dialogasse com a burguesia e a classe alta das camadas sociais europeias, e posteriormente brasileira.

No caso brasileiro, os Círculos Operários encontraram abertura e desenvolvimento de suas atividades principalmente no Nordeste, muito em decorrência das situações de calamidade em virtude das secas recorrentes, e do êxodo de populações rurais, geralmente em massa para a capital ou outros estados, tais como o Sul do país, em busca de trabalho e melhores condições de vida.

O movimento dos Círculos Operários foi iniciado no país por Fortaleza em 1915, como cita Arruda (2013, p. 49), “[...] nasceu a partir da missão pregada em praça pública junto a população de retirantes e trabalhadores, que afluíam para Fortaleza [...]”, o pregador era Guilherme Vaessen, que viria a ser também o seu fundador, sendo o mesmo padre e de origem holandesa, trazia consigo toda uma vivência e contato com o movimento já bem estabelecido na Europa.

Já em Baturité foi fundado aos 13 de janeiro de 1924 o Círculo de Operários Trabalhadores Católicos “São José” e “Maria Imaculada”, idealizado pelo pároco da cidade Monsenhor Manuel Cândido, cujo apoio do Cel. Ananias Arruda foi fundamental.

Mais uma vez a relação política e igreja cruzam-se no município, não apenas com o apoio do pároco, mas também dos padres jesuítas.

[...] Monsenhor Manoel Cândido dos Santos, Vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Palma, homenageado por seus Paroquianos, tendo a frente o Coronel Ananias Arruda, o Padre Alexandrino S.J., Reitor da Escola Apostólica dos Padres desta cidade [...] com uma sessão solene quando foi procedida a Fundação do Círculo operário de Baturité. (ARRUDA, 2001. p. 20)

Porém, a ligação dos padres jesuítas com o movimento operário baturiteense vai para além da mera presença inaugural, basta verificarmos a formação da diretoria

mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito”. (RERUM NOVARUM) A citação acima faz parte da introdução contida na carta encíclica Rerum Novarum do sumo pontífice PAPA LEÃO XIII, publicada aos 15 de maio de 1891, com o título: SOBRE A CONDIÇÃO DOS OPERÁRIOS, que versava sobre o tema da condição operariado, governantes e as lutas de classe. Fonte: <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>.

citada por Arruda (2001, p. 21-22), cujo presidente de honra era o então pároco Monsenhor Manuel Cândido, o instrutor era o Cel. Ananias Arruda e como diretor espiritual estava o Pe. Alexandrino Monteiro, como já dito Reitor da Escola Apostólica.

Talvez a presença dos padres jesuítas em ações e movimentos que vão para além da educação escolar, justificasse o envolvimento que estes tiveram com a comunidade local, como cita Azevedo:

A Escola Apostólica estava integrada na vida religiosa-cultural da área através dos ministérios dos Padres no município de Baturité, das atividades catequéticas dos Noviços e Juniores e das Academias apresentadas na Escola. Mas além disso, eventos sócio-políticos penetraram na vida intensa de formação da Escola. (AZEVEDO, 1986. p. 208)

O envolvimento dos jesuítas com assuntos ligados à política vão de encontro às lutas travadas entre Estado e Igreja, quando ainda na Primeira República o Estado instituiu o ensino leigo nas escolas de estabelecimento público, o que não seria bom para os jesuítas que contavam com vários colégios, e em cada um lecionava o ensino religioso de acordo com a doutrina católica, ainda mais na Escola Apostólica que também era formadora de padres.

O sistema de estudos da Escola Apostólica continha disciplinas de cunho religioso, como demonstra Azevedo (1986, p. 98) ao informar os componentes curriculares dos alunos, composto por “[...] instrução religiosa, latim, português, matemática, grego, inglês nas 4ª e 5ª classes, geografia, história universal, francês e noções elementares de ciências”.

Ainda durante Primeira República, a Igreja contagiou políticos da elite brasileira com as ideias da Ação Católica, e com o fim da Primeira República e a formação do Estado Novo, liderado por Getúlio Vargas, a Igreja ganha mais força, pois a questão social nela abordada foi ligada aos ideais revolucionários da década de 30 (trinta).

A aproximação do Cardeal Leme e Getúlio Vargas iniciava novamente o diálogo entre Igreja e Estado, é tanto que na Constituição de 1934 em seu texto citado por Romanelli no artigo 153 (cento e cinquenta e três) a mesma declara que

O ensino religioso será de frequência facultativa, e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais. (ROMANELLI, 2014, p. 145)

A Liga Eleitoral Católica (LEC) foi uma entidade fundada em 1932 pelo Cardeal Leme de Almeida, bispo do Rio de Janeiro, que atuava nacionalmente com o objetivo de estimular os fiéis católicos a participarem dos assuntos voltados à política.

Segundo as orientações da Igreja, que era na verdade a de votar nos candidatos que fossem comprometidos com as reivindicações católicas, na qual Farias (2012, p. 321) nos descreve as principais, sendo elas a “[...] não introdução no Brasil do divórcio, adoção do ensino religioso nas escolas, defesa da propriedade privada, garantia da ordem social contra subversivos [...]”, porém, a mesma nunca se apresentou como partido político, embora buscasse por meio da LEC o espaço político perdido durante a Primeira República.

Não bastou para a LEC orientar os católicos a votar naqueles que seriam para eles os melhores candidatos, mas também, no caso mais específico do Ceará, lançou candidatos que faziam parte da entidade e que para concorrer ao pleito eleitoral fundaram partidos, tais como o Partido Republicano, que tendo em vista o caráter conservador e totalmente voltado para a direita, não seria de se admirar que seus integrantes fossem também os mesmos das oligarquias decaídas que também perderam espaço na Primeira República.

Mas com o apoio e as alianças firmadas com a LEC voltariam a exercer seu mando, em razão da grande influência que a Igreja tinha no meio social local.

A Liga Eleitoral Católica foi organizada e constituída a partir do Coronel Ananias Arruda, quando aos 25 de dezembro de 1932 constituísse uma comissão provisória sendo designados como membros o “Coronel **ANANIAS ARRUDA** (grifo do autor); HERMENEGILDO FURTADO; EVARISTO XAVIER; PEDRO ARÚJO TORRES; MANOEL SOARES FURTADO e a Professora Senhorita MARIA CARMEM NOGUEIRA”, segundo Arruda (2001. p. 53).

Em 01 de janeiro de 1933 o Coronel Ananias Arruda foi nomeado membro efetivo da liga na condição de presidente, porém, é importante salientar que dentre os presentes estavam os Padres Pequito e Costa, ambos jesuítas, demonstrando um pouco mais o envolvimento dos padres com os assuntos de ordem política local.

Para compreender não só a missão para com a educação e formação de padres, mas, sobretudo a função política/social dos jesuítas no Ceará, Costa (2012, p. 54) afirma que a escola teve seu significado de extrema importância para o processo de romanização da fé católica no país, e segue dizendo que Baturité “[...] funcionou como ponto geopolítico estratégico para a formação da elite intelectual católica que atuou na

política em combate ao pensamento político liberal do Estado”, sendo as escolas uma forte reprodutora da hierarquização imposta pela Igreja por meio de sua tradição, no qual os filhos das elites eram designados para participarem de eventos em que esses fossem os protagonistas, já os alunos oriundos das classes menos favorecidas atuavam mesmo nos bastidores ou em papéis secundários.

A Escola Apostólica dos Jesuítas em Baturité gozava de prestígio não apenas social pela qualidade do ensino que ofereciam a seus alunos, mas também político, comprovado por meio da visita do então presidente Getúlio Vargas em setembro de 1933, quando de sua passagem pelo Ceará e por volta de 1938 por meio da visita do Ministro do Trabalho e Indústria e Comércio o baturiteense Waldemar Falcão, acompanhado pelo interventor do estado Francisco Meneses Pimentel.

Alguns padres eram adeptos ao movimento integralista que chegou ao Ceará na década de 30 (trinta) e chegaram a levar os objetivos do movimento para a sala de aula, como demonstra Azevedo:

O movimento do Integralismo encantou numerosas pessoas no Ceará na década de 1930 e alguns membros do professorado da Escola Apostólica estavam muito a favor de seus objetivos. Talvez o mais empolgado fosse o Pe. Monteiro da Cruz. Não é de estranhar, portanto, que alguns membros desse movimento tivesse oportunidade de falar, diante dos alunos da Escola em alguma de suas academias públicas. [...] certamente antes de 1936, que isto aconteceu com o poeta e integralista, Colombo de Sousa. Também em 1937, o escritor Gustavo Barroso, provavelmente depois de Plínio Salgado o mais conhecido integralista, deu uma palestra para os Apostólicos a convite do Pe. Monteiro da Cruz. (AZEVEDO, 1986. p. 210)

Tendo em vista todo envolvimento da Igreja Católica com movimentos sociais e políticos, não é mesmo de se surpreender que o jesuíta seja de forma particular, por meio de alguns padres ou através da ordem como um todo, declarado seus posicionamentos e preferências políticas, chegando não apenas de forma subliminar, por meio de sua educação elitista e erudita promovendo a manutenção das hierarquias sociais já existentes, como também desenvolvendo ideias de movimentos políticos da época.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentar compreender a ação dos jesuítas no Brasil e mais precisamente em Baturité, não foi tarefa das mais fáceis, isso porque o pesquisador se vê diante de correntes, sejam elas políticas ou de cunho pedagógico que ora valorizam essa contribuição, ora se veem voltados a ideias de uma escola moderna nos moldes da Escola Nova, que vão vir com fortes críticas ao método jesuítico, embora não seja esse o foco da pesquisa, busquei então fazer um paralelo entre o positivo e o negativo.

Buscando seguir uma linha cronológica percebemos que os jesuítas deixaram marcas profundas na sociedade brasileira quando da primeira expulsão, essas marcas estavam nos prédios construídos pela ordem, mas, sobretudo, no método como esses educavam seus alunos.

A religiosidade do povo brasileiro mesmo com as primeiras investidas das ideias iluministas empregadas pelo Marquês de Pombal, não foi capaz de apagar, embora seja necessário salientar que a Igreja Católica ainda detinha uma forte influência pelo menos nas camadas menos favorecidas ou mesmo a classe alta que seguia a doutrina, ainda que não fosse pela fé, mas pela cultura ou interesses políticos como é o caso das oligarquias cearenses.

Com o retorno da ordem o que pode ser constatado é que não foi um início, mas sim, a retomada de um trabalho rompido há séculos, principalmente ao se voltarem para o cenário educacional, visto que desde a constituição da *Ratio Studiorum* o que verificou-se foi que houve um aprofundamento por parte da ordem na formação das elites locais, desde o período colonial, quando deixaram a instrução voltada para os gentios em detrimento aos filhos dos colonos.

Da mesma forma quando da segunda vinda, já na Primeira República ao fundarem seus colégios tão bem conceituados socialmente, que também eram direcionados para formação agora das elites regionais, mantendo sempre a tradição, o rito e a convicção na fé católica.

Além disso, seja por sorte, coincidência ou mera fatalidade, assim como vieram em 1546 com o apoio da coroa portuguesa, aqui chegaram desta vez expulsos de Portugal, como já dito em razão da formação do estado republicano e das ideias iluministas retomadas, aqui no Brasil esse modelo republicano nas configurações nacionais recebe os jesuítas, e estes chegam em um momento em que o processo de romanização já está em desenvolvimento no país.

A Igreja Católica que se vê ameaçada pela república, também busca maior espaço na política, e a educação é fundamental para romper com as ideias de cunho iluministas que rondavam o país.

Desta forma, conclui-se que a trajetória jesuítica em Baturité, cidade onde a Escola Apostólica foi estabelecida influenciou o cenário político local, não apenas por manter a tradição, mas também o respeito à hierarquia, que contribuía para formação das elites locais ou pelo menos para manutenção do mando, mas também pelo posicionamento de alguns padres em ações políticas concretas.

A Igreja Católica durante o Estado Novo não fazia a mínima questão de ser politicamente imparcial e a tríade, religião – educação - política foi colocada em prática em Baturité, por meio de um sistema robusto em que era quase impossível libertar-se, isso porque, as escolas locais eram administradas por instituições religiosas, seus líderes políticos (coronéis) em sua grande maioria eram cristãos devotados, como no caso do Coronel Ananias Arruda.

Se fosse então possível verificarmos com os olhares da Igreja naquela época, poderíamos constatar então que, se houve êxito no processo de romanização e retomada do espaço perdido pela Igreja no cenário político, esse local foi em Baturité.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Gilberto Luís. **Origens da Escola Moderna no Brasil: A contribuição Jesuítica**. Edu. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 617-635, Maio/Ago. 2005. ISSN 0101-7330. Disponível em:<<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 08. Julho. 2016.

ARRUDA, Clementino Olintho Távora. **Comendador Ananias Arruda Um Exemplo de Vida Cristã, Política e Social**. Fortaleza: Vênus, 2001.

ARRUDA, Luiz Gustavo Lima. **O Sapateiro e o (s) Coronel (néis): a Cultura Política de Baturité – CE (1892-1937)**. Universidade de Brasília – UNB. Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS. Orientadora Prof.^a Dra. Ione de Fátima Oliveira. 190p. 2013. Disponível em:<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13734/1/2013_LuizGustavoLimaArruda.pdf>. Acesso em: 06. mai. 2016.

ARRUDA, Miguel Edgy Távora. **Breve estudo sobre a história de Baturité**, 1^a parte 1680 – 1858.

AZEVEDO, Ferdinand. **A Missão portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste 1911 – 1936**. Recife: Fundação Antonio dos Santos Abranches – FASA, 1986.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Dados [online], 1997. vol.40. n.2. pp.-. ISSN 0011-5258. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>>. Acesso em: 13. jun. 2016.

COSTA, Ocleciano de Souza. **O Coronel – Cristão: a trajetória de Ananias Arruda na fé e na política**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade)/ Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados. Orientadora: Prof.(a) Dra. Mônica Dias Martins. Fortaleza, 2007. 105p. Disponível em:<<http://uece.br/ppgsociologia/index.php/dissertacoes>>. Acesso em: 25. mai. 2016.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 6 ed. rev. e ampl. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1902 – 1982. **Raízes do Brasil**. 26^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

OLIVEIRA, J. A. R. de. **HISTÓRIA DE BATURITÉ ATRAVÉS DE FOTOS ANTIGAS**. Disponível em:<<http://arturricardo-historiador.blogspot.com.br/2012/11/historia-de-baturite-ceara-atraves-de.html>> Acesso em: 16. mar. 2016.

OLIVEIRA, Natália Cristina de; BORGES, Felipe Augusto Fernandes; BORTOLOSSI, Cíntia Maria Bogo; MARQUES, Daniella Domingues Alvarenga; COSTA, Célio Juvenal. **MARQUES DE POMBAL E A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS: UMA LEITURA DO ILUMINISMO PORTUGUÊS NO SÉCULO XVIII**. Universidade Estadual de Maringá –

UEM.18p.Disponível:<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/4/artigo_simposio_4_805_nat_oliveir@hotmail.com.pdf>.Acesso em: 23. jun. 2016.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **Os Recursos Para a Educação no Brasil no Contexto das Finanças Públicas**. Brasília/DF: Editora Plano. 2000. p. 46-47.

RAMOS, J. F. P; FIGUEIREDO, J. B. A. **A educação escolar no Brasil colonializado (1549-1890): subalternização ou libertação/descolonização?**. In: Gledson Ribeiro de Oliveira, Jeannette F.P Ramos, Bruno Okoudowa. (Org.). *Cá e acolá: experiências e debates multiculturais*. 1ed. Fortaleza: Edições UFC, 2013, v. 1, p. 87-114.

RIBEIRO, Darcy, 1922-1997. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930-1973)**. 40ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil** – 4. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2013 – (Coleção memórias da educação).

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1906 – 1751**; tradução Berilo Vargas. – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SÉRGIO, Antônio. **Breve interpretação da História de Portugal**. Lisboa: Sá da Costa, 1972.

TRIGUEIROS, Antônio Júlio Limpo. **O negócio jesuítico e o papel da política regalista portuguesa**. Congresso Internacional: Ordens e Congregações Religiosas em Portugal: Memórias, Presença e Diásporas. Novembro de 2010 – Lisboa. Brotéria 169 (2009). p. 149-167 – Associação Cultural e Científica. Disponível em:<<http://www.bicentenariosj.com.br/>> Acesso em: 04. Junho. 2016.

VIDAL, Eloísa Maia; MOREIRA, Antônio Nilson Gomes; MENEGHEL, Stela Maria; SPELLER, Paulo; VIEIRA, Sofia Lerche (Coord). **Cenários da Educação no Maciço de Baturité/CE: reflexões sobre as políticas públicas de educação na região**. Universidade Estadual do Ceará (UECE) com apoio da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Publicado em 11. abr. 2013. Disponível em:<http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/EloisaMaiaVidal_res_int_B_GT5.pdf>. Acesso em: 05. abr. 2016.

XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação: A Escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994 (Coleção Aprender e Ensinar), p. 50.